

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

26 DE SETEMBRO DE 2008

No dia 26 de Setembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 30 de Junho de 2008.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
 - 4.2- Pedido de Isenção de IMT – A & Z – Gabinete de Contabilidade e Consultadoria, Ld.^a.
 - 4.3- Rectificação do Protocolo de Delegação de Competências com o Centro Cultural e Recreativo do Cachão.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

| | |
|---------------------|--------------------------------|
| PRESIDENTE..... | José Manuel Pavão |
| 1.º SECRETÁRIO..... | Rui Fernando Moreira Magalhães |
| 2.º SECRETÁRIO..... | Humberto António Cordeiro |

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 67 no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Adérito Joaquim Ferro Pires, Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa, Arménio Moisés Veiga, Vasco Aníbal Saldanha, Fernando José D. Palas, Alberto José Pires da Silva, Inácio Augusto Valente e Hernâni Augusto Lopes.

1- LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2008

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos em condições de começar a sessão desta Assembleia Municipal e pedia aos senhores Deputados o favor de se sentarem para conferir a contagem. Pedia também às pessoas que não pertençam aos grupos municipais o favor de se colocarem noutros locais deste Auditório e também o silêncio correspondente.

Bom-dia senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores representantes das Autoridades Locais e Comunicação Social. Vamos então iniciar a nossa sessão de hoje.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Bom-dia a todos. A Mesa desta feita optou por dar as informações sobre correspondência recebida e expedida através de um folheto, que é uma maneira de ganhar algum tempo.

De qualquer forma, queria referir mais algumas situações que chegaram a partir do dia 11 de Setembro, nomeadamente as seguintes:

- Em termos de correspondência recebida, foi recebida uma carta do Deputado José Eduardo Gomes de Almeida a informar a Mesa de que a partir de agora deixará de pertencer ao grupo do CDS/PP na Assembleia Municipal de Mirandela;
- Chegou também um convite do Clube Ténis de Mesa Mirandela endereçado ao Presidente da Mesa da Assembleia para assistir à Gala Anual do CTM;

Relativamente à correspondência expedida, a Mesa enviou convites a todos os membros da Comissão de Acompanhamento da Saúde da Assembleia Municipal para realização de uma reunião e de uma visita ao Hospital de Mirandela, que ocorreu ontem, dia 25 de Setembro. Resumindo e concluindo:

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 1 DE JULHO A 25 DE SETEMBRO DE 2008

| DATA | REMETENTE | ASSUNTO |
|----------|---|---|
| 02/07/08 | Associação Nacional de Municípios Portugueses | Envio de boletins da ANMP de Junho de 2008 |
| 14/07/08 | José Eduardo Gomes de Almeida | Justificação da falta à sessão de 30 de Junho de 2008 |
| 18/07/08 | CGTP - Intersindical | Manifesto em Defesa da Escola Pública |
| 18/07/08 | PCP - Partido Comunista Português | Poluição Atmosférica do Cachão |
| 21/07/08 | David Martins Garrido | Justificação da falta à sessão de 30 de Junho de 2008 |
| 25/07/08 | Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | Informação sobre Habitação e Reabilitação Urbana |
| 24/07/08 | Associação Nacional de Municípios Portugueses | Parecer da ANMP sobre a proposta de lei que altera as taxas e os prazos de isenção previstos no Código do IMI |
| 24/07/08 | OMINITUR - Agência de Viagens e Turismo Lda | Intervenção Municipal e a qualidade de vida dos cidadãos |
| 25/07/08 | Confraria de N.º Sr.ª do Amparo | Convite para o Presidente da AM integrar o Palio |
| 25/07/08 | Associação Nacional de Municípios Portugueses | Transferência de competências no âmbito da educação |
| 18/08/08 | ITSEMAP | Plano de Formação Profissional 2008 |
| 18/08/08 | Associação Nacional de Municípios Portugueses | Envio de boletins da ANMP de Julho de 2008 |
| 18/08/08 | Inácio Augusto Valente (PJF de S.P. Velho) | Justificação da falta à sessão de 30 de Junho de 2008 |
| 18/08/08 | Assembleia Municipal do Porto | Moção sobre o QREN |
| 27/08/08 | Comissão de Festas de N.º Sr.ª do Ó | Convite para o Presidente da AM integrar o Palio |
| 02/09/08 | José António Costa Ferreira | Vontade de retomar funções após pedido de suspensão |
| 02/09/08 | ESRI Portugal | Convite para o lançamento do ArcGIS 9.3 (Versão de Inteligência Geográfica) |
| 02/09/08 | Dinis Humberto Veiga | Resposta a questão colocada pelo deputado Maximino Monteiro, contendo nota explicativa, duas plantas, cópias de actas, declarações, ofícios e outros documentos |
| 10/09/08 | Sílvia Margarida Araújo Gomes | Renúncia de mandato |
| 10/09/08 | Centro Hospitalar do Nordeste | Resposta a um pedido de visita o Hospital |
| 10/09/08 | ANMP | Transferência de competências no âmbito da Educação/Resolução do Conselho Directivo da ANMP |
| 10/09/08 | Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário/Direcção Regional do Porto | Comunicação da impossibilidade de comparência ao Debate Público sobre a Linha do Tua |
| 11/09/08 | José Eduardo Gomes de Almeida | Informação da não integração nas listas do CDS/PP |
| 11/09/08 | Clube de Ténis de Mesa de Mirandela | Convite para a Gala Anual do CTM |
| 19/09/08 | Fernando Manuel Gomes Alves | Justificação de faltas às sessões de 24/04/08 e 30/06/08 |

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA DE 1 DE JULHO A 25 DE SETEMBRO DE 2008

| DATA | DESTINATÁRIO | ASSUNTO |
|----------|---|---|
| 02-07-08 | Sport Clube de Mirandela | Voto de Louvor pela subida à II Divisão das equipas sénior e júnior |
| 02-07-08 | Clube Amador de Mirandela | Voto de louvor pela aposta na juventude e pela conquista do Campeonato Nacional de Hóquei em Campo em Iniciadas |
| 02-07-08 | Rádio Terra Quente; Notícias de Mirandela; Jornal Terra Quente; Nordeste; A Voz do Nordeste; Mensageiro de Bragança e Informativo | Voto de Louvor ao SCM pela subida à II Divisão das equipas sénior e júnior voto de louvor ao CAMIR pela aposta na juventude e pela conquista do Campeonato Nacional de Hóquei em Campo em Iniciadas, ambos aprovados por unanimidade na sessão de 30 de Julho de 2008 |
| 18-08-08 | Sílvia Margarida Araújo Gomes | Comunicação para exercer funções como deputada municipal, após pedido de renúncia do mandato apresentado por Rogério Valdemar Frutuoso |
| 04-09-08 | Director do Hospital Distrital de Mirandela | Marcação de vista ao Hospital por parte da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal |
| 08-09-08 | Rádios Terra Quente | Envio de Edital da Sessão da AM e de documentos |
| 08-09-08 | Notícias de Mirandela | Envio de Edital da Sessão da AM e de documentos |
| 08-09-08 | Jornal Terra Quente | Envio de Edital da Sessão da AM e de documentos |
| 12-09-08 | Membros da Comissão de Acompanhamento da Saúde da AM | Visita ao Hospital de Mirandela no dia 25 de Setembro |

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então agora falar da acta da Assembleia anterior. Creio que todos os Deputados receberam a acta. Está a pedir a palavra senhor Jorge Pereira? Faça o favor.

Deputado Municipal Jorge Pereira (Independente):

Bom dia a todos. Queria fazer um pedido de rectificação na medida em que a minha identificação não aconteceu conforme eu solicitei na intervenção de Abril. E é só.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais nenhuma recomendação de alteração de pormenores, podemos votá-la, sendo certo que a Mesa procederá a essa correcção.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....1

Votos a Favor.....59

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2008.

Justificação de Faltas:

-Fernando Gomes Alves: sessões de 24 de Abril e 30 de Junho de 2008, por motivos profissionais.

-José Eduardo Gomes de Almeida: sessão de 30 de Junho de 2008, por motivos de saúde.

-David Martins Garrido: sessão de 30 de Junho de 2008, por motivos de saúde.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente da Mesa e senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, muito bom-dia.

Não quero fazer uma rectificação à acta mas sim um esclarecimento.

Depois de mostrar todos os documentos à senhora Vereadora Dr.ª Graça Calejo no final da reunião da Assembleia Municipal de 22 de Setembro de 2006, ela demonstrou compreender a minha indignação e fiquei convencido que o assunto estaria sanado.

Na página 8, alínea 11, onde diz "*desculpe que eu não sabia*", como já se passaram dois anos em que tivemos esta conversa, caio na dúvida se realmente foi ou não a palavra que a senhora vereadora disse.

Como não gosto de afirmar, no caso de estar com dúvidas, solicito ao Senhor Presidente da Mesa da AM que na acta de hoje, fique registada esta declaração: no lugar de "desculpe que eu não sabia" fique "compreendo a sua indignação."

Aproveito para pedir desculpas da minha incorrecção, se realmente ela existiu, à senhora Vereadora Dr.ª Graça Calejo.

Presidente da Assembleia Municipal:

A mim parece-me, e a Mesa entende, que não terá sido o momento próprio para este esclarecimento. Uma vez que tinha uma sequência própria, poderia ser feito noutro período de antes da ordem do dia.

Se a senhora Vereadora pretende usar da palavra, temos que cumprir o regulamento e eu tenho que ouvir primeiro o senhor Presidente da Câmara.

Senhor Presidente da Câmara, autoriza que a Sr.ª Vereadora faça uma declaração?

Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, acho que sim.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra Sr.ª Vereadora.

Sr.ª Vereadora, Dr.ª Graça Calejo:

O senhor Professor Dinis está-se a reportar a um encontro que nós tivemos na sequência de uma Assembleia Municipal em que ele uma vez mais foi desagradável nas palavras que proferiu e nada tinha a ver com isto.

O senhor fez questão, gosta de insultar, e nessa mesma reunião fez questão de me insultar a mim pessoalmente, dizendo que eu pertenceria a uma lista para dar graça. O senhor brincou com o meu nome e eu isso não lhe admito, nem a si nem a ninguém. A minha atitude na política é outra, não é essa.

Entretanto, no final da reunião fui ter consigo e o senhor disse inclusive que tinha os documentos para os mostrar se necessário fosse. Eu disse que não queria ver nada. Eu tomei uma posição na Câmara com base apenas nas informações proferidas pelo senhor Arquitecto do Departamento de Arquitectura da Câmara Municipal.

Inclusive nessa altura eu perguntei-lhe ao senhor o que é que o senhor faria perante aqueles factos que tinha à sua vista e eu posso rapidamente citar de novo os factos e foi com base neles que eu tomei uma posição na Câmara com toda a consciência.

Agora eu lamento que o senhor Professor Dinis, por quem eu tenho o máximo respeito, não como deputado, mas como Professor Dinis, tenha essa postura. Não acho que a sua atitude na política seja a melhor. Não se mente num órgão

tão importante, tão democraticamente importante como este, e o senhor está a dizer uma vez mais que eu lhe disse e eu não disse coisa nenhuma.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está feito o seu esclarecimento e apelava à Câmara para uma serenidade e para respeitarmos o regulamento.

Portanto, temos que fazer todos um esforço, não estamos no momento próprio. Estamos aqui a degladiar opiniões e sentimentos cada um a seu modo e eu apelava à compreensão e à boa vontade, não apenas dos intervenientes, mas de todos.

Quanto a mim e quanto à Mesa, o esclarecimento está feito, estão repostas as dignidades de cada um dos elementos e eu acho que o programe deve continuar.

Ó Sr. Deputado, um momento por favor, sobre este assunto está o esclarecimento feito. Estamos num momento em que temos que dar voz ao público. No período antes da ordem do dia o senhor poderá usá-lo novamente.

A senhora Vereadora já usou da palavra, não precisa de usar? Muito bem, quando for ofendida volta a usar.

Senhores e senhores vereadores, ou respeitamos o Regulamento e os senhores respeitam a Mesa que dirige os trabalhos ou então não nos entendemos.

Eu faço de novo um apelo muito claro, muito sentido, à dignidade com que temos que nos portar neste auditório. E só com boa vontade, com compreensão e com elevação é que nós conseguimos.

Peço imensa desculpa de estar a levantar a voz, porque julgo que é a primeira vez ao fim de oito ou nove anos que o faço. Vamos continuar por favor.

2- PÚBLICO - 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

A palavra ao público: está algum Município que queira falar?

Faça o favor de se chegar e de se identificar. Muito obrigado.

Município Sr. António Manuel Pires:

Muito bom-dia ao senhor Presidente da Assembleia, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores e a todos os membros da Assembleia.

Não venho aqui para atacar ninguém nem para atacar a Câmara Municipal, muito menos o senhor Presidente da Câmara e muito menos qualquer membro aqui nesta cidade.

Venho simplesmente aqui para prestar três declarações à Câmara, se assim me autorizam.

Acontece que na Rua do Canal, quando se vai para o Lidl, encontram-se três contentores, chamados eles vidrons.

E esses três vidrons que estão nesse parque de estacionamento causam muitas dificuldades a todas as pessoas que saem do estacionamento para seguirem as suas viagens.

A toda a hora e a todo o momento há travagens muito esforçadas por causa de não haver visibilidade nenhuma.

Então eu pedia à Câmara Municipal que fizessem o favor de retirar aqueles três contentores e que os pusessem a cinco metros atrás, mas em vez de estarem verticalmente paralelos ao passeio, os porem enviesados na terra que se encontra onde o promotor do loteamento devia ter metido naquele espaço de terra ao longo do passeio da subida da estrada que vai para o Lidl, ter posto relva e não haver aquela relva que se encontra com 1,50 m de altura, que corta ao mesmo tempo a visibilidade e que passou o Verão inteiro – e como toda a gente sabe – o mês de Agosto houve o parque cheio de carros às noites e se alguém se tivesse lembrado de deitar apenas um cigarro aceso dentro dessa relva seca haveria ali o acidente de muitos carros queimados.

Outro era o seguinte:

Na mesma rua, pedia à Câmara Municipal também que fossem postas quebra-molas porque nessa bendita curva onde se encontram os três contentores há uma curva muito forte e a 20 ou 30 metros mais ou menos (que eu não medi) existe uma passadeira onde passam os peões.

Por várias vezes, encontrando-me ali, em virtude de estar ali a fazer um prédio, já vi pessoas dar gritos altos para não serem atropeladas nessa passadeira.

Então pedia à Câmara Municipal que fizessem o favor de porem umas lombas para que a velocidade fosse reduzida porque como toda a gente já deve saber já houve um Mercedes que deitou aquela parede abaixo dessa casa que se encontra no lado direito na subida, ou seja, do lado direito do Café Ribas, pelo excesso de velocidade que houve. E quando as pessoas passam a curva em excesso de velocidade há momentos em que não vêem essa bendita passadeira.

Vinha aqui a pedir estas três coisas para ver se a Câmara poderia resolver alguma coisa para que não houvesse acidentes ali porque é lamentável que haja ali mortes por causa de três contentores e da erva que se encontra com 1m a 1,50 de altura, que não houve durante o Verão ninguém que a pudesse cortar ou queimar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado pela sua participação.

Está mais algum senhor município que queira fazer intervenção? Não está.

Senhor Presidente da Câmara, quer comentar ou dar uma informação?

Presidente da Câmara Municipal:

O único comentário que posso fazer é que vamos ver estas situações e vamos tentar resolvê-las. Não posso dizer mais nada do que isso. Se elas existem, têm que ser minoradas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então agora entrar no Período de Antes da Ordem do Dia.

Enquanto os senhores Deputados fazem as vossa inscrições pela ordem que costumamos atribuir e fazendo alternâncias em relação à localização partidária, eu lembrava a todos que o Período de Antes da Ordem do Dia, conforme está regulamentado, contém sessenta minutos que serão distribuídos pelas inscrições. Depois, se houver necessidade, a Assembleia terá que votar, autorizando mais uma hora.

3- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

“Proposta de Louvor e Reconhecimento”

O senhor Padre António Augusto Ribeiro, nasceu em 27 de Março de 1926, na freguesia de Marzagão, Concelho de Carrazeda de Ansiães, (há 82 anos).

Em 29 de Junho de 1951, foi ordenado presbítero, celebrando a sua 1.ª Missa Nova, em 15 de Julho de 1951, (já leva 57 anos de vida paroquial).

Em 1 de Novembro de 1968 foi transferido da vila de Moncorvo para a cidade de Mirandela, então vila naquela altura (há 40 anos).

Durante estes 40 anos, além da sua actividade paroquial e de professor, dedicou-se com alma e coração a outras actividades:

Promoveu o desporto escolar, fazendo convívios entre o Liceu e a Escola Agrícola;

No campo cultural, ensaiou diversos grupos teatrais quer com alunos do liceu, onde era professor, quer com as crianças que frequentavam a Catequese, das quais destaco “A Bandeira Roubada”, “Falar Verdade a Mentir” de Almeida Garret e o “Doente Imaginário” de Molière;

Ensaiou Corais da Catequese Paroquial e do Liceu, cujos grupos fizeram espectáculos em vários locais do Distrito, inclusive em Bragança onde receberam grandes ovações, apesar da rivalidade existente naquela altura entre Mirandela e Bragança;

Fundou o C. N. E. (grupo de escuteiros), a menina bonita dos seus olhos, com o objectivo de manter a juventude em actividade e transformando o C. N. E. numa escola de virtudes para muitos jovens deste concelho;

Aguentou, apesar de não esconder a sua tristeza a divisão da Paróquia da Sr.ª da Encarnação em três paróquias;

Foi um lutador incansável, pela reconstrução da Igreja Matriz no mesmo local, depois da sua queda;

Foi um homem que contribuiu com o seu trabalho e dedicação para a história futura da nossa cidade.

O grupo parlamentar do PSD reunido em Assembleia Municipal de 26 de Setembro de 2008, propõe um “Voto de Louvor e Reconhecimento” ao *Reverendíssimo Padre António Augusto Ribeiro*, figura ilustre que ao longo destes 40 anos, contribuiu para o enriquecimento moral, humano e cultural dos mirandelenses.

Enviar para o senhor Padre Augusto Ribeiro e Rádio Terra Quente e promover a publicação nos jornais locais.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Bom-dia a todos. A minha intervenção vai ser muito curta.

Em primeiro lugar, congratular-me com a protecção que foi colocada nas escadas e acessos à entrada do parque José Gama em Golfeiras. Os arquitectos têm que compreender que a segurança está primeiro.

Também congratular-me com o folheto sobre a correspondência recebida porque sendo lida aqui passa-nos um bocado e assim ficamos com um conhecimento mais objectivo.

Sobre as rotundas, congratular-me com aquelas que estão a ser construídas e agradecia (“agradecia é uma forma de expressão”) que aquela de Golfeiras que dá cesso ao Hospital não fosse esquecida.

Por fim, sobre o acidente do Tua. Passou-se um mês e a CDU queria apresentar às famílias e àquela família enlutada os nossos sentimentos e está solidária com os outros acidentados, fazendo votos para que o Relatório sobre o acidente possa ser efectivamente posto cá fora para se saber o que é que aconteceu e que a Linha do Tua seja reaberta o mais urgente possível.

Muito obrigado.

Deputado Municipal José António Ferreira (Independente):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e respectivos Vereadores, Caras Deputadas e Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Gostaria antes de mais, neste regresso após um período de interrupção do meu mandato nesta Assembleia, de cumprimentar de forma particular todos os meus pares desta Câmara, pelo trabalho que têm vindo a desenvolver na prossecução do interesse público do concelho e das respectivas populações, que tive oportunidade de acompanhar.

No que a mim diz respeito, o facto de eu estar afastado da política partidária activa, não implica abdicar dos meus direitos de intervenção cívica e política, na contribuição política para o debate.

Trata-se de um contributo de cidadania, que entendo mais como um dever do que um direito.

Naturalmente que não tenho a presunção de o registar de forma qualitativa, mas tão só como disponibilidade séria e construtiva, em prol do debate sobre o concelho.

Todos somos poucos para a construção colectiva dos interesses comunitários, quando feita de forma séria.

Assim, aqui estarei cumprindo o meu mandato até ao fim, como deputado não inscrito, tal como venho exercendo até aqui. De resto, em bom rigor, todos os Deputados Municipais exercem por defeito o seu mandato nessa condição, a não ser que por imposição da lei e do Regimento desta Assembleia, através do seu artigo 15º, se associem para efeitos de constituição de grupos municipais mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, assinada pelos membros que o compõem indicando a sua designação, bem como a respectiva direcção.

Mas isto tem uma importância relativa. Importante é o tema central da minha intervenção e ele prende-se com a linha do Tua.

Linha do Tua / Referendo Local

Considerada uma das mais bonitas do Mundo, a Linha do Tua vive o dilema de um futuro incerto, face a todos os acontecimentos recentes, e com a hipótese de construção da barragem de Foz-Tua.

Não se discute hoje, a falta de recursos hídricos e energéticos que vivemos, e que as barragens permitem aumentar as reservas de água e a produção de energia, que tanto necessitamos.

Mas podemos discutir a localização e o impacto da sua construção junto das populações locais, e avaliar os seus efeitos quer ao nível sócio económico, quer quanto à destruição de habitats naturais e do seu equilíbrio ecológico, da fauna e da flora, dos seus efeitos climáticos e ambientais, e da profunda alteração geográfica e morfológica.

A concretização da construção da barragem hidroeléctrica do Tua dita o fim desta linha centenária em toda a sua extensão existente e da sua exploração. Numa decisão deste nível é preciso ter em conta, na sua avaliação, a componente histórica, e o seu património natural e humano.

Construir esta linha, há mais de 120 anos, foi uma das empresas mais arrojadas da engenharia portuguesa da época. Rasgar a via, de modo a abrir caminho entre as gargantas escavadas do Tua até ao Douro, foi algo que ainda hoje suscita admiração.

Em 1997, o Jornal Expresso, no seu Guia Expresso – O Melhor de Portugal, elegeu a linha do Tua juntamente com a Linha da Beira Baixa, e por esta ordem, como as duas melhores Rotas de Comboio de Portugal, descrevendo a Linha do Tua desta forma:

“Esta viagem permite apreciar um panorama único e inesquecível, uma autêntica preciosidade. Há como que um encantamento a envolver toda aquela zona. Surge inevitável a comparação com outras paragens longínquas, muitas vezes procuradas por portugueses. Esquecem ou ignoram este caminho ao lado do Tua. Reúnem-se aqui todos os elementos capazes de transformar esta viagem num momento capaz de ficar gravado bem fundo na memória. Misturam-se as imagens e as sensações, dos espaços, da terra, da vegetação rara, e o rio, sempre a bordejar a paisagem”. Dizia, na altura, o Jornal Expresso. Figurino que ainda hoje se mantêm.

É pois esta a realidade que deve ser ponderada na decisão da construção da barragem que põe em causa a identidade cultural de uma região, o seu potencial turístico, o seu património humano e paisagístico – inequívocas mais-valias para o desenvolvimento social e económico da região.

Assim, no uso da competência que me é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 53.º, da Lei 5-A/2002, conjugada com o n.º 1 do artigo 10.º, da Lei Orgânica n.º 4/2000, que aprova o regime jurídico do referendo local, conferindo o poder de iniciativa aos membros das assembleias municipais, proponho à avaliação da Câmara Municipal de Mirandela, através do seu poder estabelecido pelo artigo 240.º da Constituição da República Portuguesa, que avalie a relevância e da defesa dos interesses locais em submeter a referendo local a manutenção e exploração da Linha do Tua, como matéria essencial para o nosso desenvolvimento local e defesa da população, na decisão do seus interesses colectivos.

O Referendo é um instrumento de Democracia Directa, pelo qual os cidadãos eleitores são chamados a pronunciar-se, exprimindo a sua opinião sobre questões concretas. A hipótese de levar a cabo um referendo local, teria o mérito, antes da consulta aos cidadãos eleitores, de promover um amplo debate, envolvendo as estruturas políticas, associações e movimentos, bem como a sociedade civil, acerca das vantagens e inconvenientes, assim como das soluções alternativas possíveis, da continuidade da exploração da Linha do Tua, ou do seu desmantelamento pela construção da barragem, que não se esgota num processo administrativo de discussão pública em datas fechadas e procedimentos formais.

Desta forma, poderiam os cidadãos em geral fazer chegar a sua voz, através do voto democrático na defesa dos seus interesses locais ao Poder Central, como factor de ponderação nas suas decisões, dadas as implicações locais que elas representam. O seu resultado poderá mesmo condicionar a sua decisão política, que se quer alargada e partilhada.

Assim, fica aqui à consideração da Câmara Municipal de Mirandela, que discuta no seu seio o alcance político que esta matéria poderia vir a revelar-se, e que com o seu quadro de jurista, enquadre a legalidade do objecto de consulta, como questão de relevante interesse local, que devem ser decididas pelos órgãos autárquicos municipais, integrando-se nas suas competências, quer exclusivas quer partilhadas com o Estado.

E se assim o entender, definir a matéria a sujeitar a referendo local, elaborando a pergunta, que poderá girar em torno da seguinte questão: “Concorda com a manutenção da Linha Ferroviária do Tua e a sua exploração pela Empresa Metro de Mirandela”. De resto, a questão a referendar poderá ter até ao limite de 3 perguntas.

Acolhendo esta sugestão, endossaria, conforme tramitação legal, a deliberação da sua realização a esta Assembleia Municipal, e se assim esta o decidir, a sua posterior submissão obrigatória à fiscalização da sua constitucionalidade e legalidade junto do Tribunal Constitucional.

Sensibilizo mesmo, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, deveria contagiar os demais Presidentes de Câmara dos municípios atravessados pela Linha do Tua, a realizar idêntico processo de consulta às suas populações locais, com os mesmos interesses e objectivos, preferencialmente com realização simultânea, em todos estes municípios.

O Referendo Regional, embora previsto constitucionalmente, não está ainda regulamentado por lei. Desta forma, com consulta local, por via do referendo, em cada concelho para o mesmo fim, Mirandela poderia liderar um autêntico processo de consulta regional, de defesa dos interesses da região. Serviria, também, para ver quem verdadeiramente se coloca ao lado das populações e da defesa dos seus interesses.

Sigo este caminho, por um lado por respeito institucional dos órgãos autárquicos e de um encadeamento político sério, e por outro lado, não se me afigura ético e responsável politicamente propor à Assembleia Municipal de Mirandela, neste momento, uma decisão desta importância e sensibilidade, embora a lei me permita sem a necessária reflexão e tempo de tomada de decisão, mas sem prejuízo de se manifestarem e me acompanharem, neste momento, sobre esta questão.

Este é o meu contributo cívico para a democracia e partilha de responsabilidades políticas, na defesa dos nossos interesses locais e colectivos. Não mais do que isso. E tem uma linha de inspiração, recolhida nas palavras de António Pires Cabral, quando expressa: *"por terras e por gentes de Trás-os-Montes, Homem e lugar – aqui e agora o Nordeste assumido"*. Assim, devemos pois, todos, assumir, nas nossas mãos, o nosso destino colectivo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu aproveitava para dar um sinal de concordância e de agradecimento ao senhor Deputado José António Ferreira por ter trazido aqui um assunto que interessa aos Mirandelenses em geral e a esta Assembleia em particular e neste momento, uma vez que entendi muito bem o respeito pelo Regulamento e pelo que está legislado em relação ao referendo, entendo que deve ser bastante complexa a sua concretização.

Eu não deixava de, pelo menos, encorajar e dirigir uma palavra de exaltação sobre este assunto e pelo exemplo cívico, único e singular que Mirandela podia dar nesta matéria.

Temos feito algumas coisas, mas se os senhores representantes ou Presidentes dos grupos municipais quiser abordar esta questão, julgo que seria interessante, uma vez que vozes isoladas têm o peso que têm, sendo certo que no seu conjunto a Assembleia tem outro poder e tem outra autoridade e, naturalmente, outra visibilidade.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Bom-dia a todos.

Eu, antes de mais, gostaria de registar com apreço o pedido do senhor Presidente da Assembleia para nos mantermos realmente calmos. Por vezes imprimimos um certo calor às nossas intervenções e na verdade não é nada elegante que isto aconteça.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhores Membros da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, Público aqui presente, órgãos de informação, cumprimento a todos muito respeitosamente.

Tal como a convocatória, também vou ser muito breve. Apenas dois ou três recados ao senhor Presidente da Câmara.

O primeiro prende-se com um acesso que foi construído pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro aos depósitos de abastecimento de águas às 76 aldeias do concelho.

Efectivamente as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro fizeram um acesso muito agradável, com um tapete betuminoso muito bom, só que é pena que não tenham feito a continuação do acesso até ao celeberrimo castro romano da Senhora do Monte porque no fundo se trata de um dos locais mais belos deste concelho e que está a correr inclusivamente na Internet.

É pena, não sei se o senhor Presidente tem algum programa para continuar aquele trabalho, ou por outro local. Lamenta-se que não tenha sido continuado.

Agora queria ler uma carta que recebi da Estradas de Portugal, relativamente a placas. Levantei aqui o problema em tempos e as Estradas de Portugal mandaram-me este ofício que eu passo a ler:

"As fotos das placas enviadas dizem respeito a sinalização colocada indevidamente, não tendo esta Direcção de Estradas informação sobre os seus autores.

As placas informativas de Corriça e S. Pedro Velho encontram-se implantadas em estradas fora da nossa jurisdição e a placa de Agueiras em terreno confinante com a Estrada Nacional, a qual já foi retirada e é verdade, foram retiradas as duas até.

Anexo informação complementar das placas indicativas existentes ao longo da estrada nacional 315, sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal S. A.

As placas limitadoras dos concelhos são da responsabilidade da Autarquia.

Sobre a placa indicativa de Castro Romano, nunca foram solicitados estes serviços, desconhecendo qual o itinerário para o qual e se o mesmo intercepta com a estrada nacional 315.

Estamos ao dispor de V.Ex.^a para identificação desta localização, a qual terá de obedecer ao estipulado no n.º 53 do Decreto Lei 22-A/98, de 1 de Outubro.

Director de Estradas, M. Cordeiro Fernandes."

Eu vou depois fazer chegar ao senhor Presidente da Câmara uma fotocópia deste ofício para proceder depois em conformidade.

Trata-se de um assunto que me parece estar esclarecido quem é o responsável pela colocação das placas, quer a nível das estradas municipais, quer a nível das estradas nacionais.

Depois deste assunto e, por último, queria levantar aqui uma questão que há dias foi levantada a nível nacional. É sobre o controlo dos aeroportos que existem por este país, mais concretamente chamados campos de aviação municipais.

Sabemos todos que a droga cada vez mais está a ser transaccionada. Já se utilizam processos sofisticados, ultimamente até submarinos se têm utilizado e parece-me que não será difícil um traficante através de um avião ligeiro poder fazer aterragens por estes aeroportos que temos espalhados pelo país.

No caso concreto de Mirandela não sei quem será responsável ou se haverá algum controle de algum indivíduo que eventualmente possa aparecer aí com um avião para traficar droga.

Eu deixo esta lembrança ao senhor Presidente da Câmara porque na verdade as Câmaras estão sujeitas a tudo isto porque no fundo têm que ter o controle do seu concelho e eu não sei se existe algum controle dessa maneira.

Era isto que me apetecia deixar aqui à apreciação do senhor Presidente da Câmara e por agora mais nada. Muito obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Mais uma vez bom-dia a todos, cumprimento de novo a Mesa, os membros da Câmara Municipal, os senhores Deputados, o público presente, a Comunicação Social e permitam-me fazer aqui uma excepção e cumprimentar em especial o senhor Francisco João Gonçalves que hoje está entre nós e é deputado do CDS/PP. Penso que é o Deputado Municipal mais velho desta Assembleia. Espero que goste de estar entre nós.

A minha intervenção é uma manifestação de repúdio e de discordância face a declarações que o arquitecto Nuno Sousa tem proferido sobre mim na sua qualidade de vereador da Câmara Municipal nas reuniões onde são discutidos e aprovados os subsídios para a Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

Surpreendentes para mim tinham sido já as declarações do Arquitecto Nuno Sousa relativamente à Confraria de Nossa Senhora do Amparo na reunião camarária de 4 de Julho de 2007 e que visavam apenas a minha pessoa. Tais declarações comprovam a ignorância do vereador do CDS/PP relativamente à vida associativa de Mirandela e à forma como são instalados os órgãos sociais. Embora tal já tenha sido dito pelo Presidente da Câmara, reafirmo que a Confraria tem Estatutos aprovados os quais regem, entre outras matérias, os respectivos órgãos sociais. Tem também, o que foi aprovado durante o meu mandato, um Regulamento Eleitoral aprovado em Assembleia Geral. Os órgãos sociais são eleitos em Assembleia Geral de Confrades através de eleições por todos os Confrades com as quotas em dia, devidamente convocada e publicitada. O que tem acontecido nos últimos anos é que aparece apenas uma lista, o que é bom e mau ao mesmo tempo.

Para que conste e fique a saber, eu não fui escolhido pelo Presidente da Câmara Municipal de Mirandela para Juiz da Confraria de Nossa Senhora do Amparo porque ele não tem essa competência. Eu acedi a um convite e a um desafio lançado pelo senhor Rui Barreira e nem sequer pedi a opinião do Dr. Silvano. Foi uma decisão pessoal que ponderei durante algum tempo, tendo ciente os riscos políticos e pessoais que corria, o que sempre fiz questão de separar das minhas funções profissionais e políticas.

Foi o cidadão Rui Magalhães que exerceu o cargo de Juiz da Confraria e não o político Rui Magalhães ou o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela e que escolheu uma equipa de grande qualidade, de gente séria, honesta e trabalhadora, onde também estiveram os actuais Juiz e Vice-Juiz da Confraria, que lideraram também uma equipa competente e capaz e que fizeram igualmente um trabalho muito bom, como o comprovaram as Festas de 2007 e 2008 e as obras efectuadas no Santuário. O Arquitecto Nuno Sousa provavelmente nem os conhecerá, nem eu lhe conheço qualquer intervenção cívica na vida de qualquer associação ou clube desportivo de Mirandela.

Provavelmente será daqueles que gostam de ser meros actores e não actores participativos porque para isso é preciso encontrar uma equipa vasta, é preciso espírito de sacrifício e é preciso correr riscos. Dito de outro modo: é preciso motivação, fé, disponibilidade pessoal e espírito altruísta e desinteressado, atributos que nem todos possuem. A Confraria vai agora terminar o seu mandato e tem agora uma oportunidade para provar o contrário.

Mais estupefacto fiquei quando voltou à carga na reunião camarária de 16 de Julho de 2008 no que concerne à atribuição do subsídio de 2008 à Confraria em que confundiu conceitos orçamentais, pretendendo dar a ideia de que eu, por ter um estatuto político forte, segundo as suas palavras, tinha sido beneficiado em relação aos actuais membros daquela instituição. Sei que é arquitecto e não contabilista, gestor ou economista mas o exercício do cargo de vereador deveria motivá-lo a aprender a dominar as regras mínimas da contabilidade pública, o que não parece ser manifestamente o caso.

Para que fique a saber, as despesas devem obedecer à legalidade e ao cabimento orçamental. Na execução do orçamento, as despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente. A falta do cabimento é uma ilegalidade que gera a nulidade.

O que conta é o valor total do subsídio deliberado e atribuído, independentemente de o seu recebimento ser objecto de apenas um ou mais cabimentos orçamentais.

E refiro-lhe aqui porque tenho cópia, e penso que o senhor Vereador também a tem, do pedido de subsídio da Confraria de Nossa Senhora do Amparo de 2006, em que é fácil constatar que o subsídio atribuído de 100.000,00 €, foi objecto de dois cabimentos orçamentais: o primeiro de 78.000,00 € que o senhor referiu e o segundo de 22.000,00 €, o que perfaz um total de 100.000,00 €.

Ao contrário do que pensa o vereador Nuno Sousa e uma minoria de pessoas, eu nunca tive nem nunca exigi, enquanto Juiz da Confraria, qualquer postura de privilégio e de favor por parte da Câmara Municipal de Mirandela. Posso garantir-lhe que a CMM me tratou como havia tratado os anteriores juizes da Confraria e como tem lidado com o actual Juiz da Confraria .

Como tenho dúvidas de que o senhor Arquitecto conheça determinadas realidades locais, vou-lhe apresentar o raciocínio matemático simples que prova à saciedade aquilo que acabei de afirmar. A Festa de Nossa Senhora do Amparo pode ter de 8 a 14 dias. Quando fui juiz da Confraria a festa teve 14 e 13 dias. Se dividirem o subsidio atribuído pelo número de dias facilmente verificam que nós, a Confraria a que eu pertenci, em termos de subsídio diário foi a que recebeu menos.

Estive para não reagir às declarações que tem proferido sempre que se trata da deliberação de atribuição de subsídio à Confraria de Nossa Senhora do Amparo. Fi-lo pelo respeito que me merecem as pessoas que fizeram parte da Confraria, aí incluindo amigos e familiares dos membros da Confraria, que deram muito de si em dois anos muito difíceis e que sacrificaram de sobremaneira a sua vida pessoal, familiar e profissional. O senhor Arquitecto Nuno Sousa não sabe o que isso é porque, tanto quanto sei, nunca passou por uma experiência dessas.

O senhor pode fazer as considerações e os juízos de valor políticos que quiser sobre os cargos políticos ou partidários que ocupo. Mas quando falar das minhas opções pessoais e do meu contributo como cidadão da comunidade mirandelense a que me orgulho de pertencer, peço-lhe que, caso o não consiga evitar, o faça com justiça, com moderação e com conhecimento de causa.

Agora, tal como o prometeu na reunião de 16/07/08, assumo os erros porque mais uma vez errou. Muito obrigado.

José Eduardo Gomes de Almeida (Independente):

Senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhores Deputados, Público aqui presente, Comunicação Social.

Em tempo oportuno comuniquei ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que deixaria de pertencer ao grupo parlamentar do CDS/PP.

Aquilo que era impensável aqui há uns tempos surgiu recentemente devido a um insulto à minha pessoa e à minha dignidade, o que me obrigou hoje a vir aqui e dizer olhos nos olhos a toda a gente as razões desta minha posição.

Razões essas que com certeza, nem os deputados do CDS/PP teriam conhecimento.

Tive ocasião em tempo oportuno de escrever ao senhor Presidente da Concelhia do CDS/PP nestes termos:

“Amigo Nuno:

Em primeiro lugar, queria deixar claro que prezo muito os amigos e a amizade. A amizade que fui criando consigo, com os seus pais e ultimamente com o seu irmão, pessoas que considero e admiro, pelas qualidades de trabalho e inteligência.

Espero que não desperdice esta amizade, tal como desperdiçou o trabalho, empenho e tudo o que eu dei durante anos ao seu partido.

Penso ter sido sempre uma pessoa correcta, coerente, procurando sempre dar o melhor de mim mesmo em saber, dedicação e disponibilidade.

Servi um projecto em que acreditei com o máximo de dedicação, entusiasmo e lealdade.

Como sabe, sempre quis manter-me como independente, quer na não filiação no partido, quer nas ideias e atitudes tomadas em reuniões, assembleias municipais, Junta de Freguesia e Vereação Municipal, aquando a minha breve mas honrosa e enriquecedora passagem pela Câmara Municipal.

Lamento que não tenha compreendido, assim como alguns dos seus pares (poucos felizmente) o trabalho que estava para desenvolver no próximo ano lectivo. E eu repito “o trabalho.”

Tive o cuidado, a educação e a honestidade de lhe transmitir e explicar tudo. Não compreendeu e foi mais além do que lhe posso transmitir.

Escuso-me a explicar, porque sabe com toda a certeza, do que falo.

Nunca teve ou tiveram a hombridade de marcar uma reunião, embora tivessem manifestado essa vontade. Teria sido uma boa oportunidade para que todos os elementos da comissão concelhia do CDS/PP ficassem a saber por mim o que tive o cuidado de dizer pessoalmente ao Nuno em tempo oportuno.

Ficou apenas a intenção que, acredite, lamento. Considero essa e outras atitudes tomadas como falta de respeito para com aquele que lhe merecia (penso eu), mais consideração.

Pelas atitudes irresponsáveis que tem vindo a tomar contra a minha pessoa, talvez pela falta de experiência para lidar com determinadas situações, transmito-lhe que deixarei de pertencer à bancada do CDS/PP na Assembleia Municipal de Mirandela, local onde tive oportunidade de defender com empenho e dedicação os interesses do Concelho de Mirandela.

Conservarei a minha legitimidade para com os meus eleitores na Assembleia Municipal e na Junta de Freguesia de Mirandela, continuando como até aqui a trabalhar para Mirandela e para os Mirandelenses.

Saio sem nunca ter provocado qualquer discussão ou a mínima desavença com quem quer que seja e apoiado por muitos que continuam a levantar comigo, bem alto apenas, a bandeira de Mirandela.

Acabo como comecei e dizer-lhe que procurarei prezar sempre os meus amigos.

Receba um abraço amigo.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos na Assembleia Municipal. A Mesa é que dirige os trabalhos e é à Mesa que as pessoas têm que se dirigir porque a Assembleia não é nenhum espaço de correio.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, quero-lhe pedir desculpa porque há bocado realmente não segui o regimento, espero não ter ofendido a sua honra por lhe pedir desculpa.

Quero dizer ao Dr. Maximino que eu sou uma pessoa calma. Quem me conhece sabe que eu sou calmo, estou vacinado contra ataques políticos. Agora o que eu sou é intransigente quando ofendem a minha dignidade. Ai eu sou intransigente e começo também a dar razão ao meu pai, que tem 93 anos, que diz que até morrer a gente aprende e hoje fiquei a saber que pedir desculpa a uma pessoa é ofender a sua honra. Portanto, a partir de hoje não peço desculpa a mais ninguém.

Com a mesma à vontade com que lhe pedi desculpa pela minha incorrecção na reunião da Assembleia Municipal de 30 de Junho, é com a mesma à vontade com que a vou criticar pela sua intervenção na reunião do executivo de 2 de Julho.

Antes de tudo, deixe-me lembrar à senhora Vereadora Dr.ª Graça Calejo que é a Assembleia Municipal que fiscaliza os actos do executivo e não o contrário. É um poder que os membros que compõem a Assembleia Municipal têm em concordar ou discordar dos actos praticados pelos senhores vereadores, quer gostem, quer não gostem. Isto é um conhecimento básico para quem pretende ocupar um lugar político, saber qual é o seu campo de acção.

Eu sei que tomou aquela atitude agressiva para comigo por dois motivos:

1º Andava nervosa por causa do senhor Presidente ter proibido as Noites Quentes no Parque Dr. José Gama nas festas da Nossa Senhora do Amparo, o que é natural para quem gosta de se divertir;

2º Recebeu apenas uma parte da informação do seu Presidente da Concelhia.

Na acta da Assembleia Municipal, na página 8, alínea 9, diz: "A senhora vereadora que fez essas afirmações – eu tenho pena que não esteja presente, e na alínea 10, "Eu estive com ela, expliquei-lhe todo o processo".

Como vê, eu não sou cobarde ao ponto de falar apenas quando os visados não estão presentes ou será que a sua falta foi programada e assim não ser confrontada por mim em relação à conversa que tivemos no bar do auditório depois da reunião da Assembleia Municipal de 22 de Setembro de 2006 em que com documentos lhe demonstrei que as insinuações contra mim levantadas não eram verdadeiras.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Presidente da Mesa vai interromper durante uns segundos para dizer o seguinte:

Eu volto a fazer um apelo à assembleia para que usem os tempos regulamentares, tais como estão previstos no Regulamento.

Hoje os assuntos pessoais, os desentendimentos, os conflitos político-partidários ou pessoais têm um tempo próprio, têm que estar na medida e na consciência de cada um porque senão estamos a transformar este nosso especialíssimo período de debate numa assembleia em questões pessoais.

Eu faço um apelo, vamos moderando conforme pudermos, mas as pessoas têm que ter noção do tempo que usam e do modo como o vão usar.

Reparem senhores Deputados e Senhores vereadores, o seguinte:

Começámos mais ou menos às 9h30 e quase todo este espaço tem sido utilizado para questiúnculas pessoais. Faz favor de continuar senhor Deputado.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente, isto foi levantado na Assembleia Municipal anterior e não foi por mim. Eu tenho o direito de me defender.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas é um tempo próprio para se defender. Se a Mesa considerar que há de facto ofensas dirigidas entre os Deputados o Regulamento prevê o uso da palavra por cinco minutos. A missão da Mesa é fazer apelos, fazer recomendações e chamadas de atenção. Esse é o nosso papel.

Ó Senhor Deputado, faz favor de continuar.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Nesse dia compreendeu a razão da minha indignação, ou será que também quer negar essa conversa que teve comigo?

Será que não informou os seus colegas de partido dessa conversa? Pelos vistos não, o que já é habitual no vosso partido esconderem informações uns aos outros.

Considera grave a minha incorrecção involuntária e não aproveitou a oportunidade de dizer nessa intervenção que teve uma conversa comigo em 22 de Setembro de 2006 sobre o assunto. Como classifica então a sua atitude perante um sonegar de informação ao executivo? Contamos o que nos beneficia e ocultamos aquilo que nos prejudica. Nisso é especialista o seu companheiro, o Arquitecto Nuno Sousa. Esta maneira de fazer política tem um nome, é demagogia.

Dedique-se a outra actividade porque na política não têm futuro. É mais uma que passa sem deixar história.

Regressando ao assunto "Alterações de loteamentos" e para demonstrar a incompetência na apreciação das informações, à desonestidade intelectual e ao partidarismo que usam nas vossas votações, escolhi quatro exemplos, dentro de muitos que vêm em todas as actas do executivo:

Acta n.º 16 de 22 de Agosto de 2006
Alteração ao lote 17, sito no Conde Feijó
Motivo: Transformação do R/chão comercial em habitação
O PP vota com uma abstenção, outro vota contra e outro faltou.

Acta n.º 18 de 30 de Agosto de 2006
Alteração ao lote 54, sito no lugar Vale do Vasco
Motivo: Transformação do R/Chão comercial em habitação
Aprovado por unanimidade

Porque razão se vota de maneira diferente no mesmo mês, alterações que apresentam o mesmo motivo: transformação do R/Chão comercial em habitação.

Só encontro uma. O primeiro era de Dinis Veiga, pessoa ligada ao P.S.D. o outro é de um munícipe desconhecido.
Só encontro uma. O primeiro era de Dinis Veiga, pessoa ligada ao P.S.D. o outro é de um munícipe desconhecido.

Acta n.º 13 de 18 de Junho de 2008
Alteração ao lote n.º 58 e n.º 42 sito "Urbanização Retiro da Princesa do Tua"
Motivo: aumento de área de implantação e de construção.
O PP votou contra no lote n.º 58 e abstêm-se no lote n.º 42.

Porquê, esta diferença de votação? Ambos são no mesmo loteamento e com o mesmo motivo. O PP vota contra no 58 porque é de Natalino Gomes e Primo, pessoas ligadas desde sempre ao P.S.D. e no 42 abstêm-se porque é de um munícipe desconhecido.

Exemplos destes é como as cerejas.

Eu sou adepto da reciclagem, mas com estes vereadores não há reciclagem possível.
Porque é que passados dois anos o PP traz à A.M. esta deliberação?

Será para me amedrontarem porque eu apoio a 100% o executivo em permanência? Desenganem-se porque a partir de agora apoiarei a 200%.

Quem querem enganar? Só a vós próprios. Já ninguém acredita nestes vereadores do PP.

Afinal, porque apareceu isto? Apareceu para distrair os incautos e tentar tapar o sol com uma peneira. Para o Sr. Vereador Arq. Nuno Sousa em política vale tudo, pode dizer o que quiser, insinuar, dizer meias verdades, o que interessa é que a água corra para o seu ribeiro, chama a isto legitimidade democrática da oposição. Os que ganharam as eleições têm que ouvir e calar, não podem reagir, porque senão são consideradas atitudes intimidatórias quer do executivo quer de alguns elementos do grupo parlamentar do P.S.D., onde eu estou incluído, contra a vereação e membros da A.M do PP (estes são considerados santinhos). Os membros do PS e da CDU são puramente ignorados por este detentor da verdade.

Afinal qual é a verdade no meio de tantas inverdades?

O senhor Vereador gosta de ser mediático (aqui há ciúmeira com o Presidente). Só que as televisões não lhes ligam e os jornais a nível nacional ignoram-no. O motivo não sei. Ou será deficiência fotogénica ou deficiência no conteúdo que quer transmitir.

No dia anterior à demolição do prédio sito na "Urbanização do Retiro da Princesa do Tua" (*este nome não lhe recorda nada senhor vereador?*) aproveitou para fazer uma conferência de imprensa (só apareceu a local) disse o que lhe apeteceu sobre política de urbanismo de terrenos. Tudo bem, cada um fala daquilo que quer, só que o Sr. vereador insinuou que o Sr. Presidente da Câmara favorecia a especulação imobiliária.

O senhor Presidente da Câmara ao tomar conhecimento desta insinuação comunicou ao Ministério Público para apuramento de responsabilidades e pediu à C.C.R.N. que mandasse um técnico municipal à Associação de Municípios, (local onde pertence o senhor vereador) e ao G. A. T.

Uma atitude digna de louvar de um Presidente. Quem não deve não teme.

Se não o fizesse eu era o primeiro a criticar.

Foi esta segunda atitude do senhor Presidente que incomodou o senhor Vereador, Arquitecto Nuno Sousa.

Tenha calma, se não deve não deve ter receios. Deixe que essa comissão faça o seu trabalho calmamente, sem pressões e esperemos pelos resultados.

Para mim há gente que vai sair chamuscada, mas é só uma suposição. Eu não gosto de me pronunciar antes dos inquéritos estarem realizados.

É justo que eu refira que estas críticas não envolvem o Sr. Vereador Dr. Jorge do Nascimento Lopes.

Relativamente ao senhor Deputado Municipal Dr. Maximino, só lhe quero recordar que o seu partido já o meteu duas vezes em situações embaraçosas:

1º Quando no acto de posse outro ocupou abusivamente o seu lugar, obrigando-o a fazer meia volta e meter o discurso no bolso.

2º Quando o senhor Vereador em plena Assembleia Municipal lhe deu a deliberação que provocou esta minha intervenção, quando o motivo dele era fazer esquecer o verdadeiro problema que o atormenta.

Quando o senhor Vereador lhe deu essa deliberação de 2 de Agosto de 2006, também lhe devia ter dado a folha 3 da acta de 18 de Junho de 2008, quando o Sr. Presidente da Câmara lhe fez estas perguntas:

- Diga aos Mirandelenses em que loteamentos ou obras particulares participou?
- Quanto recebeu?
- De quem era funcionário nessa altura?

A resposta foi o silêncio e o silêncio por vezes diz muitas coisas. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Penso que estas querelas pessoais e partidárias não têm razão de ser na Assembleia Municipal. Coisas que se passam na Câmara Municipal e nas reuniões do executivo devem ser discutidas lá. Há uma reunião pública do executivo e quem se sentir lesado deve dirigir-se lá e lá interpelar.

Aqui vem-se falar daquilo que se passou nas reuniões do executivo, questões pessoais, parece-me que estamos a desvirtuar um bocado o que é a Assembleia Municipal.

Eu não tenho que ouvir (e desculpem-me) aquilo que se passou entre o vereador e a Confraria da Sr^a. do Amparo ou outras coisas porque há situações que é no local próprio que devem ser dirigidas, sob pena de qualquer dia isto não passar dum lavadouro e passamos aqui o tempo a lavar roupa suja, o que a mim me confrange bastante porque sou um elemento da Assembleia Municipal. Gosto de ver discutidos os problemas do concelho e isto não são problemas do concelho, desculpem lá.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado Deputado David Garrido, tem sido de facto esse o nosso apelo constante e eu volto a apelar à consciência de cada senhor Deputado para cumprirmos, não religiosamente, o regulamento e não transformarmos o tempo e o espaço da Assembleia Municipal nas querelas pessoais ou nas querelas político - partidárias.

Senhor Dr. Maximino Monteiro, faz favor de usar a palavra.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Antes de mais, queria dirigir-me ao senhor Deputado Dr. Almeida.

Na qualidade de responsável pelo grupo do CDS/PP, para mim de certo modo é uma surpresa a sua desvinculação de deputado do CDS, como Independente.

Ao longo de trinta e tal anos vou acompanhando a política deste concelho e naturalmente que estou habituado a atitudes destas, porque na verdade, às vezes as pessoas, não sei, penso que os ideais pelos quais devem nortear-se podem ser às vezes atraídos.

Eu sempre me mantive fiel aos meus princípios e aos meus ideais mas às vezes sou realmente surpreendido com isto.

Tenho que lhe dizer que registo com apreço a sua passagem pela bancada do CDS e estava convencido que iria contar consigo, o senhor é realmente uma pessoa muito válida, tenho que registar isto e, portanto, gostaria de dizer-lhe que é uma pena que deixe o partido.

Mas não deixo de lhe dizer que a carta que aqui acabou de ler é de certo modo deselegante. Isto é um assunto para tratar a nível partidário e não trazê-la aqui à praça pública. Isto é uma situação que reputo realmente como desagradável.

Deixo-lhe este recado, desejo-lhe muitas felicidades e até uma próxima oportunidade.

Quanto ao nosso deputado Prof. Dinis, ele já nos habituou a este tipo de intervenções. O senhor incendeia realmente esta Assembleia e não só, é que o senhor faz aqui acusações que são extremamente delicadas. Sabe, eu apetece-me Lembrar a todos aquela passagem bíblica em que a mulher adúltera está para ser castigada e Jesus voltou-se para os fariseus e disse-lhes assim: *quem estiver inocente que atire a primeira pedra*. Deixo esta mensagem, por um lado.

Por outro, é extraordinariamente deselegante, é grave, é impróprio, não tem sentido nesta Assembleia a forma como o senhor se refere quer aos deputados do CDS quer aos membros, distintos Vereadores da Câmara Municipal.

Estão ali com toda a legitimidade. A função deles é aquela. Senhor Prof. Dinis, eu vou responder à sua carta. Não vamos passar uma esponja por isso tudo.

Na verdade há situações que o senhor talvez desconheça e eu vou-lhe dar a resposta da parte que me diz respeito. É um assunto entre nós, o senhor sabe perfeitamente bem disto. Acho desagradável e peço-lhe para ser mais

comedido nestas suas afirmações porque a determinada altura isto pode resvalar por outro caminho e não queira depois assumir as consequências disso.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, a Mesa apelava de novo ao sentido e à maneira de utilização do nosso tempo.

Como devem estar a reparar, o uso da palavra tem que ser sempre moderado através da Mesa.

Os senhores deputados, por regras gerais das assembleias, não devem em princípio dirigir-se a cada um dos seus elementos. O que está a acontecer aqui é isso. O exemplo do que o senhor Dr. Maximino aqui fez, foi agora isso.

Eu fazia um apelo solene à consciência e ao sentido de interpretação do regulamento dos senhores Deputados.

Se repararem bem, como disse há bocado, o tempo que aqui estivemos foi utilizado em querelas pessoais ou em assinaturas de coisas político-partidárias. O Município pouco lucrou com esse aspecto.

Antes de resolvermos o uso da palavra para defesa da honra dos senhores Vereadores que já a pediram, eu queria pedir desculpa ao deputado Xavier porque de facto eu tinha visto que tinha pedido a palavra mas não foi escrito aqui pelo senhor Secretário. De maneira que peço desculpa e faz favor de usar a palavra.

Deputado Municipal Leonel Xavier (CDS/PP):

Muito bom-dia a todos. Vamos ver se entramos em assuntos que dizem respeito ao concelho e fazendo um voto que assim aconteça deixamos as outras coisas para o local próprio.

Vou servir-me desta minha intervenção, que vai ser curta, em 3 pontos:

Começando pelo primeiro, que eu pus isto por capítulos, chamar-lhe "casas degradadas no Concelho de Mirandela".

Eu, já por diversas vezes trouxe a esta Assembleia este assunto e fi-lo porque percorro algumas artérias citadinas e algumas terras do nosso concelho e vejo o estado lastimoso em que estas casas se encontram.

Além de se tornar um perigo para quem é obrigado a transitar por estas ruas, é um mau aspecto que este cenário degradado nos deixa.

Os donos destes imóveis, outrora distintos casarios da terra, partiram. E como não os puderam levar consigo, deixam-nos estes exemplares que provocam tristeza e mal-estar.

Estes casos não são somente propriedade – como disse – de Mirandela, são também do concelho porque é um perigo para todos nós e porque prejudica imenso a imagem de Mirandela e do seu concelho e tendo em conta o que acontece em vários concelhos deste país e repito "deste país", é só ler os órgãos de informação, nomeadamente nos jornais, deveria o IMI ser substancialmente aumentado para os proprietários destes cancros citadinos. Talvez os ajudasse a reflectir se os conservam ou os vendem.

Outro assunto que também me preocupa e talvez por eu já ter assumido essas funções, são os sinais de trânsito. Foram colocados ultimamente alguns sinais de trânsito que, salvo melhor interpretação, me parecem muito coxos. E porquê? Porque os mesmos não foram objecto de deliberação camarária e não foram abordados e deliberados nesta Assembleia Municipal.

Estou a lembrar-me por exemplo o sinal de "proibido virar à esquerda", quem desce a rua de D. Manuel II (rua dos correios).

Outros há como, por exemplo, a Praça 5 de Outubro, a Rua de St.º António e outros.

Mesmo os espaços destinados a entidades deveriam ter passado por esta Assembleia. E para melhor se perceber porque faço este alerta chamo a vossa atenção para um caso que se passou no primeiro mandato do Dr. José Gama.

Foi colocado um sinal de estacionamento proibido junto do Café Totó. A autoridade policial multou um automobilista por ter deixado aí o seu veículo. O cidadão não pagou e a mesma foi tratada em Tribunal. Desta entidade surgiu um ofício dirigido à Câmara Municipal de Mirandela para que esta lhe dissesse em que reunião da Assembleia Municipal foi deliberado colocação deste sinal e a Câmara Municipal não tinha feito nada disso, nem a Assembleia.

Em conclusão, o infractor não pagou e a PSP ficou aqui muito desautorizada.

Como já se passaram muitos anos e como não tenho conhecimento de que tenha havido alterações nesta matéria, proponho que sejam analisados e estudados todos os casos que envolvam sinais de trânsito que ultimamente foram colocados e isto para não acontecer o que atrás referi.

E, por último, o que hoje em dia anda a ser muito badalado nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na televisão: pessoal não docente.

Através dos meios de comunicação tive conhecimento que o pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino públicos passariam a fazer parte das Autarquias Locais. Não conheço em pormenor este acordo, se é que de acordo se tratou, pelo que perguntaria ao Executivo que me informasse o que sobre o assunto se lhe oferecer. Permitam-me que chame a vossa atenção para o que se passou aquando dos transportes escolares. Eu era na altura delegado escolar neste concelho. Passaram então para a responsabilidade das Câmaras.

O Ministério da Educação da altura, com pompa e circunstância, transferiu umas verbas para este assunto que deixou alguns presidentes contentes com o bolo que eu chamar-lhe-ia presente envenenado. E porquê? Porque decorridos alguns anos, com o alargamento dos circuitos e o aumento dos preços, etc. e como a transferência do FEF se manteve, ou aumentou muito pouco, as Autarquias ficaram a perder. Oxalá que agora isto não se repita. Tenho dito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Julgo que já não há mais nenhuma inscrição neste período de antes da ordem do dia, os senhores Deputados devem ter visto, tal como a Mesa, que o tempo já foi ultrapassado em cerca de 8 minutos e é preciso responder à solicitação que foi apresentada pela Sr.ª Vereadora Graça Calejo e Arquitecto Nuno Sousa.

O número 6 do art.º 38 do Regimento prevê que em circunstâncias correntes esta intervenção dos senhores Vereadores, necessita da anuência do senhor Presidente da Câmara.

Todavia para o exercício do direito de defesa da honra, os senhores Vereadores têm então direito a usar da palavra por períodos não superiores a 5 minutos.

Antes de conceder a palavra, eu fazia de novo um apelo aos senhores Vereadores para que fossem suficientemente sóbrios e este assunto pudesse ser encerrado.

E se porventura não for encerrado, o favor de o encaminhar para terrenos próprios, onde naturalmente poderá haver decisão sobre esta conflitualidade, do qual o município pouco ou nada lucra.

Senhora Vereadora, faz favor, tem a palavra.

Senhora Vereadora, Dr.ª Graça Calejo:

A única coisa que eu quero dizer ao senhor Professor Dinis é que a arrogância não me intimida. Nem a arrogância nem a má criação da sua parte.

Eu tenho por costume vergar-me perante pessoas simples e humildes, mas honestas. Agora perante atitudes como as suas, levo-as absolutamente ao desprezo.

Só lhe quero dizer uma coisa. De facto eu gosto se ouvir música e gosto de dançar. O senhor não gosta?

Eu pergunto a aqui a todos os presentes se isso é motivo de desonra para alguém. Pelo contrário, quem não gosta de dançar, quem não gosta de música, também não gosta provavelmente de trabalhar. E já agora se me permitem, eu gostaria de rever alguns factos:

Há bocadinho o senhor Professor Dinis pareceu esquecer-se daquilo que eu disse inicialmente antes da sua intervenção. E o que eu disse foi rigorosamente que o nosso encontro lá fora, fui eu ter consigo, não por causa deste assunto, mas por causa de um insulto que o senhor proferiu à minha pessoa, dizendo que eu estava na lista, e não vou voltar a repelir, porque já o disse anteriormente.

O senhor disse que estava à espera que este assunto fosse aflorado e eu disse que o assunto passou no entanto, não queria ver nada da sua parte e que a minha decisão tinha sido tomada em função da informação que tinha sido prestada pelo Departamento de Arquitectura da Câmara. E inclusive perguntei ao senhor o que é que faria perante aqueles factos e eu não vou dizer aquilo que o senhor me disse. O que o senhor fez naquela altura foi insultar o arquitecto que proferiu aquele depoimento e eu passo a citar, os factos são muito simples. Eu gosto das coisas com frontalidade e com simplicidade também. Naquela reunião de Câmara de 2006, inclusive na ordem de trabalhos, nem sequer era o seu nome que vinha na Agenda de Trabalhos. A interessada era a dona do loteamento, salvo o erro, uma Sr.ª D. Leopoldina. O que normalmente acontece é o requerente que vem.

Mas passando à frente, eu li e tenho aqui os documentos que me foram dados e com base nos documentos que me foram dados e ninguém até agora me veio desmentir estes factos, são os seguintes:

O senhor compra um lote para 2 habitações em 1980, por aí. Em 1984, politicamente, na reunião de Câmara, foi a reunião de Câmara que legalizou a 10 de Fevereiro de 1984, é aprovada a alteração para 4 pisos (vamos no dobro). A 30 de Agosto de 2005, pede uma vistoria ao edifício para serem verificadas as condições de habitabilidade do mesmo. A Comissão de Vistoria detecta a existência de dois apartamentos no rés-do-chão.

Esses apartamentos foram construídos após alvará de licença de utilização do prédio mas sem alvará de licença de obras. Está aqui. Eu não estou a dizer nada que não tivesse. Eu não tenho nada contra o senhor e baseio-me em factos. Quando há bocadinho o senhor referiu aquelas nossas tomadas de posição na Câmara, o senhor não quis dizer tudo porque há os motivos.

Nós votamos nuns a favor, não é perante a cor, não é perante as pessoas, é perante os factos.

Agora, eu pergunto em resumo. O senhor compra um lote, aumenta politicamente a capacidade e sem licença de obras constrói duas novas habitações no rés-do-chão que era previsto primeiro para fins comerciais e depois para fins indeterminados. É costume fazer-se isto nesta terra? Há municípios de primeira e municípios de segunda, pergunto eu.

Vereador Arquitecto Nuno Sousa:

Muito obrigado senhor Presidente da Assembleia. Eu gostaria agora de poder responder a três intervenções que foram aqui efectuadas por três deputados municipais.

Eu começava pelo fim, julgo que o último foi o Deputado Almeida, para dizer o seguinte:

Eu lamento que o senhor Deputado tenha lido uma carta que endereçou a mim aqui nesta Assembleia, lamento mesmo, porque acho que num princípio de amizade que falava e também de lealdade e tudo mais, eu próprio também e como sabe, recebeu-a ontem, não tive oportunidade de a enviar mais cedo, porque entendi que estas questões não devem ser respondidas a quente e decidi aguardar algum tempo, reflectir melhor sobre esta questão e respondi-lhe ontem à noite. Tenho aqui a carta comigo, mas não a vou ler. Não vou ler porque é uma questão pessoal entre nós, é uma questão de política partidária entre a concelhia que represento e entre um membro eleito nas listas do CDS/PP. Contudo, apenas quero referir o último parágrafo:

"Por último e para não tornar esta carta demasiado extensa, reitero aquilo que já referi, "a amizade entre amigos, caminha lado a lado com a lealdade entre amigos. Não questiona a sua intenção de melhorar a sua situação profissional, nem tenho legitimidade para isso. Todavia o que se pedia e considerando a relevância política do convite, era podermos discutir conjuntamente os seus prós e contras, antes de qualquer tomada de posição. Foi sempre essa a nossa função, como sempre existiu essa disponibilidade.

Como lhe referi nesta missiva, humildemente, reconheço alguma inexperiência política, mas nesta questão não creio ter sido irresponsável nas atitudes em relação à sua pessoa, nem responsável pela situação em que nos deparamos.

Se ambos agimos bem ou mal, o tempo nos dirá e estou certo que saberemos reconhecer os nossos erros. Por vezes as amizades saem reforçadas, por vezes não. Tudo dependerá da boa vontade dos seus intervenientes."

É a única coisa que eu quero deixar e se o Deputado Almeida quiser e tiver a hombridade de que falava há bocado, diria também a esta Assembleia os motivos que levaram a esta situação.

Acho que se vai ler a carta deve também explicar os motivos que levaram a esta situação.

Em resposta ao senhor Deputado Rui Magalhães relativamente à atribuição dos subsídios e está aqui enunciado e o senhor sabe que está aqui na parte final da acta e nem sempre a redacção da acta é a melhor, mas mesmo assim, pronto.

O que estava em causa era a equiparação das cabimentações efectuadas. São os primeiros pagamentos que foram assumidos nos compromissos para a atribuição de subsídios que eram de valor superior.

A questão que estava em discussão na altura era a equiparação das cabimentações porque efectivamente desta vez era 50.000 e em 2006 foi 78.000. Era só isso. Agora, que eventualmente a Câmara tem que cumprir as suas obrigações porque assume subsídios de valor superior e faz posteriormente cabimentações para cabimento do que falta, é verdade que faz, ou deve fazê-lo.

Contudo, o que estava aqui em causa era a equiparação da primeira tranche, até porque a dada altura se bem me recorde, pedimos até inclusive ao senhor Presidente que nos desse conhecimento posteriormente das restantes cabimentações e pagamentos que são feitos, que nós, a vereação da oposição nunca temos conhecimento.

Não é que esteja contra as instituições porque se estou numas tenho que estar noutras e não é só na cidade de Mirandela, terei que também estar no concelho e de facto nem sempre a minha capacidade financeira me permite ser leal para com todas essas instituições pagando as respectivas cotas.

Todavia, tenho feito muito mais por essas instituições e podem comprovar isso com elas, do que muitos que pertencem a essas instituições que estão aqui sentados.

Quanto ao senhor Deputado Dinis Veiga, para terminar, quanto ao mediatismo, eu não sofro dessa procura, deve estar a confundir-me certamente como Presidente de Câmara do Município de Mirandela. Exerço apenas a função de vereador, mas tenho toda a legitimidade também de procurar mediatizar as nossas acções políticas, que nem sempre às vezes resulta.

Sei que incomodo alguns membros do PSD, mesmo desde a minha tomada de posse em 2005, aliás, até antes, porque dúvidas existiram sobre a minha tomada de posse.

Contudo, quanto à questão da Associação de Municípios, do pedido do senhor Presidente da Associação de Municípios para um inquérito de participação ao Ministério Público, eu até à data não recebi nada do Ministério Público. Estarei à espera e na devida altura, como já disse em comunicado público e foi transmitido em órgãos de comunicação social, estarei disponível no Ministério Público para prestar os respectivos esclarecimentos.

Às tais perguntas que foram lançadas, quanto à questão da investigação na Câmara, aos Serviços Técnicos, à Associação de Municípios e ao GAT, que eram as três instituições indicadas pelo Sr. Presidente, gostaria de saber efectivamente qual foi o resultado delas porque até à data e decorridos os meses que decorreram ainda não tive conhecimento de nada, nem tive conhecimento certamente que nas instituições onde eu até trabalho terão sido feitos inquéritos.

Todavia, gostaria que o senhor Presidente me disponibilizasse esses pedidos de inquérito que ele disse que iria efectuar e autorizados pelos próprios Presidentes do Conselho de Administração.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, terminou o nosso Período de Antes da Ordem do Dia. Peço-lhes desculpa porque, como poderão verificar pelos vossos relógios, eu ultrapassei sem a vossa autorização os sessenta minutos mas a Assembleia decorreu assim e de facto julgo que não estamos a aproveitar bem, de acordo com o regulamento.

Terminou este período de Antes da Ordem do Dia, espero que estejam já resolvidas as questões que aqui foram apresentadas e façam votos que estejam ultrapassadas.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito bom-dia a todos. Peço mais uma vez saúde de toda a gente. Saúdo, em primeiro lugar, o senhor Presidente da Mesa e a Mesa, os senhores Vereadores, os senhores Membros da Assembleia Municipal, o Público e a Comunicação Social. Vamos pôr um bocado de humor também nisto porque nem tudo é mau nestas discussões, embora devamos ser calmos e serenos e não ofender ninguém.

Eu vou responder rapidamente às duas questões postas pelo David Garrido e pelo Deputado Xavier.

Em relação à Rotunda do Hospital, devo garantir-lhes que já está delineada a nossa estratégia que passa por construí-la brevemente. Nós agora vamos fazer tantas rotundas como tem quase Vila Real. Uns gostarão, outros baterão lá no passeio, outros não saberão que são galgáveis, outros dirão que não passam os camiões TIR, etc.

Em relação à questão da linha do Tua, como também sabe o que eu sei, o senhor Ministro deu mais 30 dias à Faculdade de Engenharia para fazer o Relatório para ver se apurava as causas concretas. Estamos à espera dessa situação mas eu já sei pelo próprio professor que dirige a investigação que não consegue ter pronto o relatório em 60 dias porque precisa de ter conclusões em simulação e em realidade.

Isto quer dizer que no fim destes 30 dias devemos ter o senhor Ministro a anunciar que precisa de mais 30 dias e isso é que me preocupa em termos de saneamento financeiro da própria empresa que também é frágil e que tem algumas dificuldades.

Em relação ao Deputado Xavier, dizer-lhe que sobre as casas degradadas tem toda a razão. A subida do IMI podia ser um factor mas acho que não resolve nada porque o essencial tem a ver com a vontade dos proprietários e a falta de verbas significativas das câmaras municipais para solucionar o problema.

É verdade que a Câmara pode substituir-se aos proprietários mas tem que pagar as intervenções e investir dinheiro antes e depois não sabe quando é que o recebe. Não há dinheiro que chegue para isso tudo. Vamos estimulando e notificando os proprietários para o fazer, o que nem sempre tem sido fácil e às vezes é mais difícil nos proprietários que têm mais dinheiro até do que aqueles que não têm, o que é extremamente complicado de gerir. O IMI podia ser uma forma, como se calhar há outras que existam nessa matéria.

Mas sobre a questão que pôs da sinalização e do trânsito, só para lhe dizer que não é preciso preocupar-se desta vez. A legislação mudou. Eu já pedi ao Eng.º Branco para lhe enviar a nova legislação que existe em termos de trânsito e para ver que houve uma mudança legal das posturas de trânsito que são actualmente da única e exclusiva competência da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tem essa responsabilidade delegada no Presidente e eu subdeleguei essas competências no Vereador. Mas isso não quer dizer que a questão não possa ser discutida. A legalidade é uma coisa, o acerto e a participação é outra e nós ficamos também a saber que de facto há situações em que é melhor, independentemente da legalidade, trazê-las à Assembleia.

Em relação aos comentários e à defesa da honra, a Câmara Municipal não aceita que haja cidadãos de 1.ª e de 2.ª. Os senhores Vereadores do CDS/PP já votaram em reuniões de Câmara exactamente as mesmas coisas que estiveram aqui a discutir e com os mesmos fundamentos e basta ver as actas. O que existem são justificações técnico-legais elaboradas pelos próprios técnicos da Câmara Municipal.

Em relação à pergunta do senhor Vereador Sousa, porque tem interesse, é dizer que não sabe o que está a acontecer, também não tem que saber, as entidades quando fazem os respectivos inquéritos não comunicam a ninguém em termos pessoais.

A única coisa que posso transmitir, porque sabemos todos nos Serviços Técnicos, é que a Polícia Judiciária já pediu à Câmara todos os processos de obras particulares, todas as adjudicações feitas no âmbito deste mandato 2005/2008, todos os contratos estabelecidos, todos os nomes dos técnicos e todos que assinaram os projectos na Câmara Municipal durante estes anos todos, e todo esse processo já foi remetido para a Judiciária, o que já é um trabalho notável em termos de documentos. Isto passou-se na Câmara Municipal. Nas outras instituições é evidente que ainda não se passou, nem sei se se vai passar porque para se passar precisa de autorização das próprias instituições e a Polícia Judiciária, que foi através do Ministério Público, lá fará as diligências que tem a fazer.

Da Câmara, estas já estão feitas, e a Judiciária demora sempre a apresentar conclusões, lá há-de ter a sua conclusão na altura própria, no local próprio. Quando uma pessoa se mete nestas coisas tem que estar tranquilo, doa a quem doer. Quem tiver responsabilidades que as assuma. Sempre foi isso que eu fiz na minha vida, continuarei a fazê-lo até ao fim.

E para terminar só uma coisa que é para precisar. Ninguém queria responder a nada, mas ia só ler um parágrafo da carta do senhor Vereador ao Deputado Almeida porque leu o parágrafo que lhe interessava, porque se calhar devia ter lido outro onde dizia que se calhar só não entrou para a Câmara porque a minha Vereadora ameaçava demitir-se. Se calhar também devia ter disto aqui porque só quem não me conhece a mim em termos de Câmara Municipal é que sabe que na minha Câmara as decisões de quem entra e quem sai, são tomadas comigo, exclusivamente comigo. Muito Obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Decorrido o Período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar ao Período da Ordem do Dia.

Perguntava ao senhor Presidente da Câmara se pretende prestar alguma informação prévia.

Presidente da Câmara Municipal:

Já fiz a informação.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Então está aberto o período de inscrição.

Deputada Municipal Otilia Raquel Fernandes Lima (PSD):

Duma forma relativamente informal, não desrespeitando nem a Mesa da Assembleia, o seu Presidente os seus Secretários, bem como o Sr. Presidente do Executivo e respectivos elementos, para terminar este assunto, gostava de deixar aqui uma sugestão. Vou manifestar também a minha opinião e o meu sentimento depois desta discussão toda.

Há realmente assuntos que não é para serem aqui tratados. Eventualmente há instâncias próprias para eles se dirigirem e para eles ficarem solucionados.

Porque isto leva-nos muitas vezes a pôr em causa a ética política, leva-nos a pôr em causa a coerência a lealdade, a mentira "política", etc. etc. etc..

E então a título de questionar a Assembleia, pergunto. Qual foi a produtividade até este momento para o concelho desta discussão toda?

Realmente concordo com as palavras do senhor Deputado do Partido Comunista, em que nós estamos aqui a discutir assuntos relacionados com o concelho e era assim que deveria ser.

Entretanto, aconselho, se quiserem e se o Sr. Presidente da Assembleia tiver verba para comprar para os senhores Deputados, um livro que saiu recentemente sobre ética política. Talvez todos precisemos de ler esse livro.

Fico por aqui. Muito obrigada.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Relativamente à informação que nos foi facultada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, eu queria congratular-me, porque o Concelho de Mirandela está em constante modificação, com o volume de obras e os investimentos que estão a ser executados.

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, mais satisfeito fico ao saber que foram consignadas, de Junho a Setembro de 2008, obras importantes para os Municípios de Mirandela, nomeadamente a remodelação e pavimentação da Av. Varandas do Tua, as várias rotundas que estão a ser construídas na cidade e que vão facilitar a fluidez de tráfego, o corrimão no Parque Dr. José Gama, que parecendo uma obra pequena vai aumentar a segurança das pessoas que por ali circulam, a requalificação das margens da Ribeira de Carvalhais, nomeadamente a construção da Ecoteca, o Museu da Oliveira e do Azeite, que depois de vários problemas burocráticos foi de novo consignada, e finalmente a recuperação do Palácio dos Távoras, que é bem visível se passarem por lá.

Isto são assuntos de interesse para o Município e que vão de certeza aumentar a qualidade de vida dos Mirandelenses e eu só poderei congratular-me com isso.

Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu peço desculpa mas é neste ponto que eu devo falar. Esqueci-me da coisa mais importante que o Professor Xavier levantou sobre a questão da transferência do pessoal não docente e acho que toda a gente devia saber.

A Câmara de Mirandela foi uma das 92 que assinou no dia 22 de Setembro o Contrato de Execução com o Ministério da Educação sobre a transferência de competências que estava previsto na legislação.

Existe legislação aprovada que refere expressamente que até ao ano lectivo 2009/2010 todas as competências no domínio da educação (acção social, parque escolar, pessoal não docente e actividades extracurriculares), passam para os Municípios. Essa legislação foi aprovada na Assembleia da República e, portanto, tem força de lei.

A adesão é até 2009/2010 com um contrato de execução em cada Câmara. Contudo, as câmaras municipais podem aderir individualmente quando quiserem desde que não ultrapassem o ano lectivo 2009/2010.

Então porque é que a Câmara de Mirandela não esperou para o ano lectivo de 2009/2010 e resolveu fazê-lo antes?

Por uma questão simples e por uma questão de negociação.

Nós tínhamos que ficar – porque a lei assim o dizia – com o pessoal não docente do 2.º e 3.º ciclos, porque o outro já o tínhamos em termos normais, e portanto no conjunto do concelho de Mirandela, até para fazerem uma ideia, são 84 funcionários do pessoal auxiliar e 17 administrativos, o que dá no total 101 pessoas. Estamos a falar da Torre D. Chama e da Escola Luciano Cordeiro porque a Escola Secundária não é abrangida.

A negociação e o protocolo não-de ser discutidas aqui em Dezembro porque isso vai obrigar a alterar o quadro de pessoal. Logo tem que vir à Assembleia Municipal em Dezembro. E porque é que eu aceitei nesta altura?

Porque eu estava deparado para uma situação que é esta:

Nós, independentemente dos Governos, devemos dizer claramente quando fazem políticas com sentido positivo e quando fazem com negativo. Eu até sou insuspeito que não sou do partido do Governo. Agora acho que na Educação e neste domínio se está a fazer um trabalho notável com as autarquias.

Eu não me importo nunca de dizer aquilo que penso, seja de que Governos forem. Sempre disse isso, voltarei a dizer e continuarei a dizer porquê este ano. O Ministério da Educação aprovou um rácio de número de alunos por número de funcionários e no caso do Concelho de Mirandela esse rácio aponta para a necessidade de 127 funcionários entre administrativos e auxiliares.

Nós como estamos aquém desse rácio, isto é, tínhamos apenas 101, tivemos aqui a oportunidade única de meter os 13 assistentes administrativos da Câmara que deixam de ser pagos com verbas municipais. E depois ficamos ainda com a diferença dos outros 8 para colmatar necessidades que possamos vir a ter em termos de auxiliares de educação nas escolas ou em termos dos serviços de refeições ou em termos das outras situações que temos na componente de apoio, que hoje temos tarefeiras e que no futuro serão todos funcionários com o tempo normal.

Dessa forma, podemos articular melhor o serviço de educação, poupando nos recursos humanos e gastando noutras situações que vão fazer falta de certeza à educação, porque esses recursos que estavam a ser usados, são agora financiados por verbas transferidas do Ministério da Educação para a Câmara Municipal.

Falou e bem o Professor Xavier, quando disse que numa determinada altura as situações parecem favoráveis mas tornam-se desfavoráveis por causa dos transportes escolares.

É evidente que isto também foi reflectido. Na altura em que as Câmaras assinaram esse protocolo só eram beneficiados pelo sistema escolar normal duzentas e poucas crianças no concelho de Mirandela. E portanto ficámos com uma atribuição para transportes escolares que não chega a 220 mil euros quando nós gastamos 900 mil. Estão a ver a diferença, 900 mil para 220 mil. A comunidade escolar aumentou, a isenção aumentou, o número de alunos a cobrir aumentou e o dinheiro manteve-se o mesmo.

O que é que isto tem de diferente. Não é normal nem provável que nos próximos tempos sejam precisos mais funcionários, até pelo contrário, a tendência é diminuir os próprios funcionários porque a tendência é a concentração. Ora se a tendência é a concentração, não é preciso tantos funcionários espalhados pelas diversas situações. Portanto, está aqui um dos motivos e para mim o principal, que nos levou a aceitar esta medida com – no meu entendimento também e depois a Assembleia o dirá no futuro – essas situações e ainda por cima com uma coisa que me preocupava, que é. Prejudico ou não prejudico os funcionários com esta situação? Eu já fiz uma reunião com os funcionários todos, mesmo com o Sindicato dos Funcionários, e todos estiveram de acordo com esta situação, por isto: porque o Ministério nesta parte, fez uma coisa, é que passou com os mesmos direitos, as mesmas regalias, a mesma ADSE, a mesma Caixa Geral de Aposentações e resolveu ainda um problema. Os que estavam a Termo Certo, como nós lhe costumamos chamar, que é os que se metem todos os anos, ao passar para o Quadro, passam para o Quadro do Contrato Individual de Trabalho da Câmara mas sem ser a Termo Certo. Isto é, em termos como se costuma dizer, definitivos, embora não no Regime da Função Pública mas no Regime do Contrato Individual de Trabalho, como aliás já há 2 Quadros, que a Função Pública acabou, só existe para os que são da Função Pública.

Portanto, não prejudicou nos benefícios nenhum funcionário, mesmo eles próprios reconhecem isso.

Perguntar-me-ão, então se foi assim tão bom porque é que não aderiram as 308.

Em primeiro lugar, porque ao Ministério nesta altura também não lhe interessava as 308 porque não tinha dinheiro para todas e portanto interessava-lhe era que pelo menos um terço assinasse porque as outras vão ter que assinar até 2010. Em 2.º lugar, porque há Câmaras que têm pessoal a mais e poderia ter de encaminhar o excedente para os mecanismos da mobilidade geral ou da mobilidade especial. Então se o Ministério tem a mais, primeiro que despeça os que tem a mais e depois que faça a respectiva integração. E eu compreendo essas Câmaras que são 4 ou 5 do Distrito, pequenas, que têm poucos alunos e têm muitos funcionários e têm esse problema para resolver.

A de Lisboa e do Porto só não assinaram porque não é possível neste momento saber-se qual é o número de funcionários certos do Porto ou de Lisboa porque eles são muitos e sujeitos a regimes jurídico-laborais diversificados.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Vamos passar ao Ponto 4.2.

PONTO 4.2. – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT- A & Z – GABINETE DE CONTABILIDADE E CONSULTADORIA, LDA

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal, de 27 de Agosto de 2008, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Ao abrigo do artigo 12º n.º 2 da Lei das Finanças Locais e porque a empresa A & Z – Gabinete de Consultadoria e Contabilidade, Lda, reúne todos os elementos necessários ao acesso ao benefício de isenção do IMT e bem assim porque interessa ao desenvolvimento e recuperação económica da região a criação, instalação e fixação duradoura de empresas geradoras de emprego e riqueza, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal que autorize a concessão de isenção do IMT àquela sociedade sobre a aquisição da fracção autónoma, designada pela letra “C” do artigo matricial 6728NIP, descrita na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 3503/20010731-C da freguesia de Mirandela;
- 2- Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Relativamente a este ponto, não conhecendo eu o que é a Sociedade A & Z (já que me vou abster nesta situação), pese embora a legalidade de que é feito o pedido e que por proposta da Câmara, aprovada por unanimidade, é apresentada à Assembleia Municipal, eu entendo que há determinados subsídios ou determinadas atribuições em que se dá uma no cravo e outra na ferradura.

E digo isto porquê? O IMI foi aprovado por um valor mais elevado e agora pretende-se através da Assembleia, sob proposta da Câmara Municipal, que: "com o sentido de recuperação económica da região, a criação, instalação de fixação duradoura de empresas geradoras de emprego e riqueza. Eu pergunto? Esta empresa segundo o que aqui já existe em Mirandela e provavelmente não vai criar mais postos de trabalho. A riqueza que cria é com a empresa que já existe. Só quer o benefício para comprar um prédio. Eu acho que esta Assembleia, aprovando alterações ao IMI, que toca a todos os Municípios, ao conceder esta benesse, embora legal, pode criar dificuldades ao Município que precisa tanto de dinheiro. Acho que a Câmara não devia conceder esta benesse. Muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro:

Só duas referências relativamente a este assunto.

O primeiro, para corrigir aqui o nosso distinto colega, Deputado Garrido, não é IMI, é IMT.

Relativamente a este assunto, ele vem já tardiamente a esta Assembleia porque na verdade isto tinha sido aprovado numa reunião de Câmara de 30 de Julho.

Nós não estamos contra este tipo de iniciativas quando elas têm como objectivo a criação de postos de trabalho no Concelho. Mais gente precisamos aqui.

A título de curiosidade, aliás este é um assunto que o senhor Presidente da Assembleia irá concerteza referir-se numa próxima oportunidade, Devo dizer que numa reunião da Comissão de Saúde que tivemos no Hospital falamos sobre a desertificação deste concelho e, portanto, temos todo o interesse em que venha mais gente para aumentar o número de pessoas.

Não estamos contra esta concessão, só que na verdade já vem um bocado tarde. Não sei se ela virá beneficiar do programa QREN. Isto é um problema que a Câmara terá que ver com cuidado.

De resto, não temos qualquer objecção em aprovar esta proposta. Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, com a sua permissão, queria usar da palavra para que não fiquem algumas dúvidas que levantou aqui o Deputado David Garrido e que eu tive. Tive e não sei se não continuo a ter.

É verdade que esta questão demorou quase um ano a vir a esta Assembleia porque a legislação que saiu era complexa e não se sabia muito bem como devia ser aplicada. Como tal, houve que solicitar pareceres de consultores jurídicos e das juristas da Câmara.

Daí que o próprio promotor tenha escrita duas ou três cartas à Câmara Municipal.

É evidente que agora tendo um caso resolvido em termos legais e de procedimento processual e será mais fácil resolver os casos futuros. Para mim continua esta situação a ser muito complicada. O que é desenvolvimento regional? O que é aumento de postos de trabalho? Como se define e distingue as empresas que têm e as que não têm objectivo?

Quando foi feito o requerimento a empresa era nova. A concessão ou não desse benefício é sempre sujeita a condições subjectivas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Depois de ouvidas as intervenções e o assunto estando aparentemente esclarecido, podemos votar.

Votação:

Votos Contra.....1

Abstenções.....3

Votos a Favor.....58

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Pedido de Isenção de IMT à Empresa "A. & Z – Gabinete de Contabilidade e Consultadoria, Ld.ª".

PONTO 4.3 - RECTIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM O CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DO CACHÃO

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal, de 10 de Setembro de 2008, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a rectificação que consta do Ponto 02, Cláusula 3.ª (Obrigações da CMM), alínea d), do Protocolo de Delegação de Competências com o Centro Cultural e Recreativo do Cachão;
- 2- Submeter a rectificação do referido protocolo à aprovação da Assembleia Municipal.

Quem é que vai usar da palavra dentro da Assembleia?
Não vemos nenhum pedido para uso da palavra sobre este Cento Recreativo do Cachão. É um assunto pacífico.
Sr. Presidente quer fazer algum comentário sobre isto? Não há inscrição nenhuma. Pelo menos dar informação àqueles que estão mais distantes do assunto?

Presidente da Câmara Municipal:

A única questão que vos quero dizer, até porque outros perguntarão porque é que agora veio este e não vêm os outros, é mais um esclarecimento.

Sobre este não há dúvidas porque nós aprovámos isto na última Assembleia Municipal e o valor que vem para corrigir é fruto de encargos bancários que não estavam definidos na altura, em que o empréstimo atribuído mensal não dava para satisfazer.

Como foi aprovado na Assembleia, tem que vir à Assembleia essa rectificação.

Depois tivemos um parecer jurídico que conclui que esse tipo de Protocolos de Delegação de Competências não são da responsabilidade da Assembleia mas da Câmara e, portanto, a partir daqui esse tipo de protocolos não virá à Assembleia Municipal.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

A razão da abstenção é que na última Assembleia não estando presente não discuti o assunto, portanto, neste momento e face àquilo que eu li das actas, não tenho outro tipo de alternativa senão abster-me.

Votação:

Votos Contra.....1

Abstenções.....0

Votos a Favor.....60

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a rectificação do Protocolo de Delegação de Competências com o Centro Cultural e Recreativo do Cachão, Ld.ª.

5 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

A Mesa vai aguardar as inscrições dos senhores Deputados. Depois eu próprio me encarregarei de fazer uma comunicação breve e sucinta sobre a reunião que a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Saúde teve com a administração do Hospital de Mirandela.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, respectiva Vereação, senhores Deputados, Público, Órgãos da Comunicação Social.

A minha intervenção começa com uma sugestão à Mesa. E a sugestão vai no sentido de que promova uma reunião com os diferentes grupos parlamentares por forma a não se verificar o que aqui se verificou hoje. O Regulamento que deveria condicionar as intervenções nesta Assembleia deve estar esquecido, deve estar no caixote do lixo, porque o que aqui assistimos hoje não tem nada a ver com o funcionamento desta Assembleia com aquilo que está no Regulamento.

E parece-me que um apelo aos grupos dos diferentes partidos na pessoa do seu líder seria interessante para que eles próprios fizessem auto-regulação. Penso que hoje fala-se muito em auto-regulação e era importante porque o tempo é dinheiro e é importante. Não devíamos assistirmos ao que vimos aqui hoje porque é degradante.

A intervenção que eu vinha aqui fazer para nos outros assuntos de interesse para o município tem a ver com uma pergunta que eu coloquei ao senhor Presidente da Câmara na última Assembleia que tem a ver fundamentalmente com o desenvolvimento económico e com o desenvolvimento regional e que tem no limite a ver com a Zona Industrial.

Eu sou daqueles que pensa que muitos dos problemas que nós atravessamos hoje têm a ver com o distanciamento entre a economia real e a criatividade financeira. O senhor Presidente da República chamou-lhe invenção de produtos tóxicos. Pessoalmente, penso que é exactamente isso.

E também em política, há muitos anos atrás, talvez há uma boa dezena de anos, um outro Presidente da República, disse uma outra coisa, que havia um país real e um país político e ambos não se tocavam, ou seja, que por força da criatividade e neste aspecto é criatividade no mau sentido, as pessoas, as instituições, os políticos, as entidades, vão-se afastando da situação real, seja da política real, seja da economia real.

A questão que eu coloquei ao senhor Presidente da Câmara tinha a ver com um projecto do Comendador Nabeiro e vou-vos ler aquilo que o senhor Presidente da Câmara me respondeu.

Disse-me assim: "em relação à zona industrial e aos grandes projectos, o do Rui Nabeiro, eu vou-lhe mandar até à próxima Assembleia os contactos que houve, qual é o projecto, qual é o ponto de situação, há projectos grandes que demoram muito a concretizar, mas pelo menos vai ter a noção do que está previsto e o que se pode concretizar, a médio ou a longo prazo nesta matéria.

Esta não foi uma promessa e eu não lhe levo a mal, ele sabe que não lhe levo a mal, não foi uma promessa feita a mim "José Baltazar", foi uma promessa feita à Assembleia. Desde que o disse aqui publicamente passou a ser uma

promessa à Assembleia. E então o que é que temos aqui, é uma desconsideração pela Assembleia. Não é uma desconsideração por mim pelo facto de não ter cumprido, é uma desconsideração pela Assembleia.

Aquilo que eu aqui deixo e porque hoje é importante e é cada vez mais importante a economia real, é cada vez mais importante que se acrescente valor àquilo que se faz e que não se pense que com qualquer golpe de mágica se vão resolver os problemas, é com trabalho, com estudo e com um acrescentado valor que os problemas se resolvem e nos dias de hoje todos estamos habituados em ouvir falar em receitas próprias, é por aí que as coisas passam e é por isso que eu faço um pedido, que tenha consideração pela Assembleia e que me responda.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu começo pelo fim e começo pelo Sr. Deputado Eng.º Baltazar quando ele se refere a um período degradante da nossa Assembleia Municipal. Se vamos ver isso, a Assembleia da República, durante o dia é tudo então um período degradante. Quando vemos aqueles debates entre o Deputado Jerónimo de Sousa com o senhor Ministro das Finanças, quando vemos aqueles debates com o Primeiro Ministro, é tudo degradante.

Eu gostava de ouvir dizer essa palavra quando aqui na reunião anterior se veio ler uma deliberação com dois anos de atraso. Eu gostava de ouvir isso. E eu só fiz esta intervenção porque fui provocado. E se fui provocado eu tenho que responder. Peço imensa desculpa, eu não ofendi ninguém, a tudo que me referi na minha intervenção vem nas actas do Executivo. Eu sou uma pessoa que leio as actas do Executivo, eu sou uma pessoa que tenho dossiers sobre essas actas desde que ando aqui e portanto é aí onde eu vou buscar as minhas intervenções. Peço imensa desculpa, eu fui provocado.

Em relação ao Período da Ordem do Dia, é no Período da Ordem do Dia que nós devemos fazer intervenções políticas, não é vir falar de flores, não é vir falar de passeadeiras, não é vir falar de canteiros, para isso eu tenho o Período dos Outros Assuntos ou então tenho o período em que faço as perguntas ao Sr. Presidente.

Eu discordo dessa opinião, de que nós ao estarmos aqui a fazer intervenções políticas, estamos a produzir, estamos a fazer trabalho político e muita coisa ou alguma coisa ficará disso.

Como já disse, eu referi-me ao assunto, porque fui provocado.

Quanto à correspondência, por mim o assunto está encerrado. Eu não volto a tocar no assunto se não for novamente provocado.

Quanto à correspondência e ao mapa que a Mesa mandou da correspondência, acho muito bem, simplesmente aí na parte em que me diz respeito "resposta à questão colocada pelo Deputado Maximino Monteiro, contendo nota explicativa, 2 plantas, cópias de actas, declarações, ofícios e outros documentos", devia também dizer que no ofício dizia: "que todo e qualquer Deputado Municipal que tenha dúvidas, pode pedir à Mesa.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu fui suscitado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal no sentido de qual a minha opinião sobre uma Assembleia Municipal Extraordinária na cidade do Porto.

Fiquei de pensar e de lhe dar uma resposta.

A resposta dou-a aqui, é que não concordo em absoluto com Assembleias Municipais ordinárias ou extraordinárias fora do Município de Mirandela.

Já fizemos uma Assembleia Municipal na Torre D. Chama, eu defendo que esta Assembleia pode sair desta sala e ir para um qualquer lugar do Concelho mas para fora do Concelho não concordo.

Por muito que o tema iria suscitar, que era sobre a Linha do Tua, estou de acordo que se deva combater até à exaustão o problema da linha do Tua e da barragem e creio que dentro do Concelho, porque somos tão bons como os de baixo, e quem quiser vir debater também pode vir debater cá cima e é connosco que o deve fazer e é no Concelho que eu gostaria de levantar os problemas que são inerentes ao Concelho. A Linha do Tua não é um processo só sobre Mirandela mas é um problema nacional. Há muita gente que vinha de propósito ao Vale do Tua e vinha de propósito fazer a viagem do Tua até Mirandela porque é um problema abrangente mas não estou de acordo com a realização de uma sessão da assembleia, quer ordinária, quer extraordinária, fora do concelho de Mirandela. No entanto se a Mesa da Assembleia o quiser marcar, desde que seja legal, depois eu irei ou não irei em função daquilo que entender.

Também já foi aqui suscitado o problema do referendo local sobre a linha do Tua. Eu creio que isto devia ser mais mastigado e mais debatido porque os referendos devem ser muito cautelosos. Disse.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Deputado David Garrido.

Antes de dar a palavra ao senhor Deputado que está inscrito por ordem, o Presidente da Assembleia sente-se no dever de informar os senhores Deputados e a Mesa do Executivo do seguinte:

De facto, e por minha iniciativa, contactei os senhores responsáveis dos Grupos Municipais e perguntei-lhes se estariam de acordo ou veriam bem a realização de uma Assembleia Extraordinária fora do Concelho. Foi apenas uma pergunta.

Posso já informar a Assembleia de que os juristas vertidos nesta matéria não encontram impedimentos senhores Deputados. Todavia, a questão que o Presidente da Assembleia colocou era no sentido de saber, se dada a importância do tema, que já não é regional nem local da linha do Tua e de toda a polémica e de toda a tragédia que a envolve, ele não mereceria um debate profundo, sério, sereno, de grande elevação cívica do qual pudessem resultar alguns aspectos

conclusivos mas também pudesse ser visto a nível do país – e não é tão grande assim – como um exemplo singular e separado das gentes de Mirandela.

Estão aqui muito claros os objectivos, os horizontes e as razões sabemo-las nós. Eu próprio. usando também uma perspectiva cívica, já me referi e já abordei a questão da Linha do Tua num jornal de grande tiragem e a breve trecho virá aí outro texto falando de Mirandela e do Tua.

Não é o momento oportuno para eu me estender muito mais sobre esta questão, mas é altura de eu poder aproveitar, porque eu não traria aqui o assunto se o senhor Deputado não o trouxesse também, uma vez que também os senhores Deputados representantes sobre os seus partidos também não mencionaram essa questão porque era uma questão pessoal.

Também é altura de dizer aos senhores Deputados o seguinte:

A mim parece-me (e porque eu vi muita gente) que um debate organizado aqui pela Assembleia tinha sentido mas não invalida a realização de um debate na cidade do Porto onde estivessem representantes do Governo, representantes parlamentares e representantes das entidades técnicas, políticas, associativas, cívicas e culturais.

Mas se os senhores Deputados quiserem ter a amabilidade ou sentirem que o assunto tem merecimento para me fazer chegar comentários, opiniões e sentimentos, naturalmente que daí poderá resultar alguma coisa.

Certo é que o assunto não tem sido tratado nem a recato, nem às escondidas, ele tem sido tratado com muitos deputados que estamos aqui a trocar os nossos olhos, com o senhor Presidente da Câmara, sendo certo que o alcance e o horizonte destes passos que temos dado era falar-se da nossa terra, era projectar a nossa terra e trazer a debate como é necessário, um assunto que me parece determinante e como aqui já foi dito pelo Deputado António Ferreira, sobre a linha do Tua.

Uma coisa é certa senhores Deputados e a Assembleia aí deveria dizer alguma coisa. O Governo que foi eleito pelos Portugueses devia informar sobre as questões que estiveram na base da tragédia. E daí, eu, enquanto cidadão não vou despegar.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Em primeiro lugar, embora seja parte interessada, sendo suspeito nesta matéria, não poderia deixar de realçar o excelente ano escolar dos alunos da Escola Secundária e da Esproarte, significando com isso que Mirandela tem gente capaz e que a esse nível a interioridade não foi uma desvantagem, o que se comprovou com as excelentes notas alcançadas nos exames nacionais.

Os meus parabéns aos alunos, aos docentes, aos auxiliares, aos funcionários e também aos pais e amigos dos alunos e desejar que todos eles realizem os seus sonhos.

A última semana foi também uma semana de homenagem a várias individualidades, infelizmente algumas já desaparecidas, e de grande mérito.

Eu queria aqui realçar o décimo aniversário da morte do major capelão Eduardo Almeida, a homenagem ao senhor Padre José Ribeiro, que nos deixou, e também uma homenagem que poderá ter passado se calhar mais despercebida, mas que é importante aqui dizer, que foi a homenagem prestada pelo Clube de Caça e Pesca de Mirandela, realizando uma prova de pesca desportiva (1ª Maratona Americana, em homenagem ao Carlos Manuel Pereira, mais conhecido por Lelo.

Também referir e informar que no dia 09 de Outubro vai decorrer mais uma doação de sangue nos Bombeiros Voluntários de Mirandela, das 10h às 17h, para indivíduos entre os 18 e os 65 anos e com mais de 50 Kgs. de peso, acção a cargo do Instituto Português de Sangue mas organizada por um grupo de voluntárias de Mirandela com o apoio de várias instituições, empresas e cidadãos, o que é de louvar. Faço aqui um apelo a todos para que colaborem e dêem sangue porque dar sangue é dar vida.

Finalmente também, com a permissão do autor, referir uma mensagem que foi enviada à Câmara Municipal de Mirandela, que diz o seguinte:

“Escrevo-lhes sentado num banco de jardim, do lado poente do rio, em frente ao Santuário.

Gostaria de felicitar os autores morais e materiais pelo acesso sem fios à Internet, disponibilizado aos Municípios e visitantes desta cidade.

Tão trivial como ainda raro, mesmo em grandes centros urbanos, trata-se de uma medida com impacto imediato na qualidade de vida de quem vive ou passa por Mirandela.

Os custos são certamente compensados pelo acréscimo de bem-estar e benefícios na imagem da cidade e da consciência colectiva de quem aqui vive. “Mirandela é uma cidade moderna.” Eu vim aqui parar por intuição. Também espero que a rede ganhe mais pontos de acesso, pelo menos em pontos da cidade onde se pretenda criar espaço público e de cidadania.”

Esses pontos utilizam a chamada rede Wifi com tecnologia MÉS e estão neste momento disponíveis na cidade de Mirandela em 8 pontos devidamente identificados e que vocês podem consultar na página da Internet.

Termino também fazendo um apelo a todos os Mirandelenses para que, se tiverem disponibilidade para tal, compareçam no dia 27 de Setembro, pelas 17 horas, no pavilhão da Reginorde, agora com um aspecto moderno e extremamente funcional. O CTM continua a sua saga europeia e precisa do apoio de todos para derrotar no sábado a equipa italiana do Sandanotese.

Apareçam porque o CTM precisa de todos nós. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Só aqui um elemento de precisão. O senhor Padre António Ribeiro deixou-nos mas está de boa saúde.

Mais alguma inscrição neste quadro de assuntos para o Município? Não há mais nenhuma inscrição?

Então compete-me fazer uma informação em nome da Comissão Municipal de Acompanhamento da Saúde aos senhores Deputados.

É uma breve resenha do que aconteceu ontem numa reunião com a administração do Hospital.

A Comissão que ontem visitou o Hospital de Mirandela, onde já não ia há mais de um ano, era constituída pelo senhor Deputado Eng.º Baltazar, o senhor Deputado David Garrido, pelo Rui Magalhães, por mim próprio e pelo Dr. Maximino.

Senhores Deputados, a Comissão foi bem recebida, manifestamos a nossa preocupação pelos episódios que nos vão chegando dos nossos conceterrâneos e concidadãos pela qualidade de prestação de serviços.

Julgo que houve um défice informativo. O Hospital ficou de nos mandar vários elementos de produtividade e estatísticos que são fundamentais para se fazer uma análise e depois poder haver um pronunciamento crítico ou um comentário, seja ele qual for.

Da minha parte posso dizer aos senhores Deputados que me pareceu o Hospital muito bem equipado, muito limpo, muito asseado, o que naturalmente nos deu um grande prazer mas faltaram alguns elementos.

Constatamos que o Hospital faz um grande esforço mas que há também uma perda progressiva de especialidades e isso naturalmente preocupa-nos.

Há aspectos de pormenor de gestão que me dispensarei de aqui referir mas, se houver um consenso entre os senhores Deputados que estão integrados nesta comissão, não deixaremos de vos informar.

Estivemos atentos à questão da maternidade porque julgo que os Mirandelenses ainda não digeriram ainda essa decisão, que foi mais uma decisão político-partidária do que de grande interesse para a região. Vamos ver, e penso que aqui há um grande consenso entre todas as pessoas que integram essa comissão, o que é que os números apontam no fim do ano mas posso já dizer-lhes que o número provável é 700 partos no final do ano.

Cumprimos a nossa missão, vimos o Hospital, estivemos atentos aos pormenores e saberemos ser críticos quando devemos ser críticos e saberemos louvar quando houver razões para tal.

Presidente da Câmara Municipal:

Em relação ao investimento do Rui Nabeiro relativamente à instalação de uma unidade de Turismo em Abreiro e respondendo ao Eng. Baltazar, não vou anunciar qualquer investimento sem o conhecer em concreto e sem que tal seja dito por escrito pelo investidor. Tem havido más experiências quando os investimentos são transmitidos directamente pelos Presidentes de Câmara e depois falham. Depois dizem que os Presidentes de Câmara é que são os responsáveis.

Para terminar um agradecimento especial a todos os deputados que falam ou que falaram da linha do Tua nesta Assembleia, com referendos ou sem referendos, e principalmente ao senhor Presidente da Assembleia. Isso é gratificante e deve ser louvado por todos porque ter na ordem do dia e ter todos os dias a comunicação social a falar sobre a linha do Tua, senão o tema apagava-se, embora existam pessoas que são contra o mediatismo que a linha do Tua provoca, sobretudo quando o protagonista é o Presidente da Câmara. Mas, meus amigos, a vida é assim, não basta querer, é preciso saber fazer. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também senhor Presidente. Iremos votar a Proposta de Louvor no final.

Então dirigia-me aos senhores Muncipes que queiram usar da palavra porque estamos no momento de Período de Intervenção do Público.

Enquanto ganham coragem para se inscrever, vou dar a palavra a duas senhoras que já me contactaram por causa de um assunto que eu reputo de importante.

Façam favor de se identificar para os senhores Deputados e dizer ao que vêm e o que querem.

Equipa de Intervenção Precoce:

Helena – Coordenadora da Equipa:

Muito bom dia, nós fazemos parte da equipa de intervenção precoce aqui em Mirandela, onde damos apoio a crianças com necessidades educativas especiais e queríamos sensibilizar os senhores Presidentes de Junta nas localidades onde estão integrados se nos podiam ajudar no sentido de referenciar casos do vosso conhecimento, porque nós não podemos chegar a eles e por vezes há famílias e crianças em risco e gostávamos que nos fizessem chegar. Muito obrigada, sou a Helena, Coordenadora da equipa.

Filomena Germano:

Eu sou a Filomena Germano, Assistente Social, e faço parte também das Equipas de Intervenção Precoce, que são constituídas por vários elementos da Educação e da Segurança Social. Eu não pertenço à Segurança Social mas sou Assistente Social em representação também da Segurança Social.

Eu sou Assistente Social numa instituição para pessoas com deficiência no Concelho de Macedo de Cavaleiros, que é a Cercimac, não sei se alguém já ouviu falar, e estou disponível para qualquer esclarecimento que necessitem. Se tiverem conhecimento de alguma situação de alguma criança dos 0 aos 6 anos e famílias nós estamos cá para intervir porque a criança não está fora do seu contexto familiar e, portanto, não intervimos só com as crianças, mas também com as famílias. Esta medida é uma medida de apoio integrado centrada na criança mas também na família.

Nós somos uma equipa recente, já trabalhamos algum tempo aqui no Concelho de Mirandela mas esta constituição das equipas é relativamente recente. Daí possa haver muita gente que não tenha conhecimento do serviço de intervenção precoce. Nós não estamos sediados em nenhuma instituição física.

A intervenção Precoce é um conjunto de 3 entidades: Saúde, Segurança social e Educação. São três Ministérios que trabalham em conjunto, no sentido de dar resposta às situações de crianças dos 0 aos 6 anos com necessidades educativas especiais.

Uma das razões por estarmos aqui hoje na Assembleia Municipal é porque conseguimos reunir todos os Presidentes de Junta de forma a dar-lhes conhecimento, visto serem actores privilegiados na sua aldeia e na sua freguesia.

Nós vamos entregar esta carta que supostamente já devia ter sido entregue no fim do ano lectivo anterior mas não tivemos oportunidade e achámos que o melhor seria esperar por esta reunião.

Temos aqui uma carta para entregar. Se tiverem conhecimento de situações, podem enviá-las por escrito ou por telefone. Se se dirigirem ao Centro de Saúde, haverá sempre alguém que indique o contacto de uma de nós. Também na Escola Luciano Cordeiro há com certeza alguém que informe qual é a melhor forma de chegar até nós.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado senhoras Doutoras pela vossa informação, julgo que, como perceberam, são preocupações que as senhoras Doutoras aqui trouxeram e que são dirigidas às peças fundamentais da nossa organização, que são os Srs. Presidentes da Junta.

Eu pedia à D. Natividade, uma vez que ouvi dizer que as fotocópias não são suficientes, que fossem distribuídas prioritariamente aos senhores Presidentes da Junta, que poderão desenvolver aqui um papel importante aliás a par e passo com os demais papéis importantes que têm.

Portanto, enquanto são distribuídas essas fotocópias, eu perguntava se há mais algum elemento do público que queira intervir.

6 - PÚBLICO - 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Senhor Fraga, bem-vindo, tem a palavra e não precisa de se identificar.

Município Carlos Fraga:

Muito bom dia, as fragas não são assim tão pequenas senhor Presidente que não se vejam.

Cumprimento naturalmente a Mesa e o senhor Presidente, os senhores Vereadores, todos os senhores Deputados Municipais e o Público em geral.

A minha primeira palavra é uma palavra de condolências e de pêsames para o senhor Presidente da Câmara pelo falecimento recente do seu sogro. Não tive oportunidade de lhe dar os pêsames porque estava ausente de Mirandela. Faço-o aqui publicamente. Conheci o seu sogro enquanto elemento responsável do Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa em Mirandela, que depois com o tempo se foi diluindo.

Portanto, fica aqui este meu pesar, penso que é um pesar comum naturalmente e o nosso sentido de solidariedade e de sensibilidade comum a todos os Mirandelenses.

A segunda também é para o Sr. Presidente da Câmara, que é uma questão.

Desde que apareceu na factura da água a disponibilidade de caudal sempre paguei e nunca questioneei.

Desculpe V^ª. Ex.^ª o meu pouco saber, mas hoje diga-me por favor o que é e o seu porquê e para quê.

Segunda questão: Rua do Pinheiro Manso, cidade de Mirandela e também mais algumas contíguas.

A entrada dessa rua tem um lancil nada meigo para os carros que por ali circulam. Diga-me pois V^ª Ex.^ª se o mesmo é alguma protecção de segurança, ou pelo contrário se simplesmente se trata de um falhanço.

Outra questão para o senhor Presidente e para todos os senhores Vereadores e também para esta Assembleia. Cegos, surdos e mudos.

Tem a ver com intervenções que já aqui fiz com uma moção de petição aprovada num órgão do qual faço parte, a Assembleia de Freguesia de Vale de Asnes e refere-se naturalmente à Estrada Nacional que faz a ligação da cidade às aldeias de Vale de Madeiro, Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes e que depois tem a sua continuidade para outros concelhos limítrofes.

Todos nós sabemos o piso degradado ali junto a Cedães e continua infelizmente nesse estado.

Andou para aí muita gente também ultimamente a tirar fotografias desta e daquela estrada, deste e daquele pavimento, de pisos cinzentos, mas também parece que só vêem aquilo que lhes convém, não vêem tudo também.

Toco aqui o dedo na ferida e pergunto para quando a repavimentação em falta.

A 3.^ª questão tem a ver com Vale de Asnes, senhor Presidente da Câmara e com a recuperação da capela de São Bartolomeu. Promessa do senhor Presidente da Câmara proferida publicamente junto da população local em plena campanha eleitoral.

Poderá V^ª Ex.^ª ter a gentileza de me informar sobre o assunto?

A terminar, a rotunda da Geografia é o monumento de homenagem à geografia cidade de Mirandela. Os meus parabéns senhor Presidente pela obra. O monumento é bonito, é expressivo e é criativo. É uma bela lição da era moderna. Como vêem nem sempre sou crítico, sei reconhecer (naturalmente tenho os meus gostos) aquilo que me parece bem e o que fica mal.

Muito obrigado e muito bom-dia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado Sr. Fraga. Eu acho que o senhor é sempre crítico. Umaz vezes mais aceso, outras vezes menos, mas é sempre bem-vindo senhor Fraga. Não registámos mais nenhuma inscrição.

O senhor Presidente quer dar mais alguma informação?

Presidente da Câmara Municipal:

Dou as que souber. Começo pela última para dizer ao Fraga que a Capela de Vale de Asnes foi prometida e, como diz, na campanha eleitoral, e no final do mandato estará concluída. Pode transmitir isso e depois pode lá estar nessa altura que é um compromisso que eu assumo. Foi para o mandato que foi prometida, no final do mandato estará concluída.

Em relação à Rua do Pinheiro Manso e ao lancil agressivo, eu não lhe sei responder, porque os técnicos que fizeram os passeios, a rua e o projecto, têm conhecimentos sobre isso mais do que eu para perceberem mas tentarei informar-me e depois informá-lo-ei. Também não percebo porque é agressivo ou não, deve ter alguma justificação técnica que eu não sei e que digo humildemente que não sei.

Em relação à água e ao problema da taxa de disponibilidade, os consumidores vão receber através de uma nota e vão saber na Comunicação Social, a partir de meados de Outubro, se de facto ela tem ou não tem juridicamente razão de ser porque já pedimos pareceres técnicos sobre esse assunto.

Em relação à questão da estrada de Cedães, ela é mais complicada e grave do que aquilo que nós pensamos.

A estrada é nacional e da responsabilidade do IEP e neste momento, segundo as informações que têm, eles andam a compor, entre aspas, alguns bocados da estrada, não sei se a compor se a descompor, mas andam nalguns locais da estrada a deitar o tapete naquelas zonas mais perigosas. Penso que também vão chegar a esse especificamente de Cedães e da curva de Cedães, agora em termos de a ter completamente nova, eu tenho que assumir aqui e dizer, em nome do Governo, que foi a resposta que me deu, que a prioridade não é do próximo ano nem dos próximos dois anos. A prioridade nesta fase é acabar a estrada da Bouça, como todos sabem. Finalmente está na fase do concurso final, que chega a Rebordelo, e essa ainda não é a prioridade do IEP. Lamento dizê-lo mas é esta a informação que tenho.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não Havendo mais nenhum pedido, vamos então votar esta Proposta do Voto de Louvor do grupo do PSD apresentado por Humberto Dinis, sobre o senhor Padre António Ribeiro, que nos deixou mas está de saúde.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....1

Votos a Favor.....59

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o "Voto de Louvor e Reconhecimento" proposto pelo grupo parlamentar do PSD.

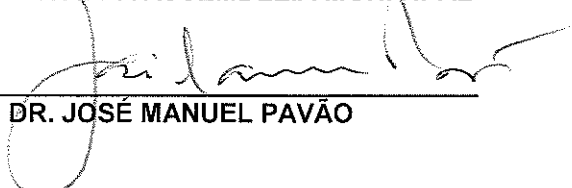
Presidente da Assembleia Municipal:

Então senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados, chegamos ao fim de uma Assembleia Municipal. Apesar de tudo correu bem. Se repararmos hoje gastámos muito pouco tempo. Agora imaginem os senhores Deputados se de facto utilizássemos rigorosamente os tempos regimentais tínhamos tempo de ainda ir tomar o pequeno-almoço a casa.

Para todos os meus cumprimentos e até à próxima.

Mirandela, 26 de Setembro de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



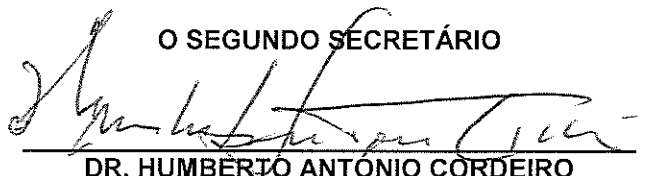
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO